

PLANEJAMENTO

TRIBUTÁRIO

TEORIA E PRÁTICA



SILVIO CREPALDI

@professor.crepaldi



Planejamento tributário no **REGIME DE TRIBUTAÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL**

SILVIO CREPALDI

Planejamento Tributário no SIMPLES NACIONAL após a Reforma Tributária

Navegando pelas mudanças estruturais do **SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO** com estratégia e segurança



O que é o Simples Nacional?

O Simples Nacional é um **regime que unifica até 8 tributos em uma única guia**, simplificando a arrecadação para micro e pequenas empresas.

Base Legal: Lei Complementar nº 123/2006, Art. 12.

O SIMPLES NACIONAL NÃO É UM TRIBUTO

Lei 9.317/1996 – instituiu o regime de tributação

ANEXOS DO SIMPLES NACIONAL

LC
123/2006

ANEXO I



COMÉRCIO

✓ Alíquota inicial: 4%

- Revenda de mercadorias
- Lojas em geral
- Comércio varejista

ANEXO II



INDÚSTRIA

✓ Alíquota inicial: 4,5%

- Industrialização
- Fabricação
- Produção de mercadorias

ANEXO III



SERVIÇOS

✓ Alíquota inicial: 6%

- Serviços contábeis
- Academias
- Clínicas
- Agências
- Escritórios em geral

ANEXO IV



SERVIÇOS ESPECÍFICOS

✓ Alíquota inicial: 4,5%

- Construção civil
- Vigilância
- Limpeza
- Advocacia

⚠ CPP fora do DAS

ANEXO V



SERVIÇOS INTELECTUAIS

✓ Alíquota inicial: 15,5%

- Consultoria
- TI (Tecnologia da Informação)
- Engenharia
- Auditoria

⚠ Pode mudar via Fator R

SIMPLES NACIONAL

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER

REGIME SIMPLIFICADO

Facilita o recolhimento de tributos e reduz a carga tributária.

Quem pode optar?

MEI: até R\$ 81,000

ME: até R\$ 360.000

EPP: até R\$ 4.800.000

TRIBUTOS INCLUÍDOS

IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, Cofins, IPI, ICMS, ISS e CPP

RECOLHIMENTO

+ Receita Bruta (Faturamento)
- Notas canceladas e deo-
= B.C (incide alíquota efetiva = D4S)

ANEXOS

5, variando conforme o tipo de atividade e faturamento.

LEGISLAÇÃO

LC 123

ANEXOS:

1: Comércio

2: Indústria

3, 4, 5: Serviço

Nem toda empresa pode optar pelo Simples. Atenção à atividade exercida na prática.



Aluguel de Imóveis Próprios

- Locação de bens imóveis próprios
- Ex.: CNAE 6810-2/02



Atividades Financeiras (Vedadas)

- Bancos
- Cooperativas de crédito
- Financeiras
- Corretoras



Factoring

- Fomento mercantil
- Compra de recebíveis
- CNAE 6499-9/01



Fabricação de Produtos Vedados

- Fabricação de bebidas alcoólicas
- Fabricação de cigarros
- Refino / fabricação de combustíveis
- Armas e munições

(Comércio varejista desses produtos pode optar pelo Simples Nacional)



Locação de Mão de Obra

- Cessão de empregados
- Quando há subordinação direta ao tomador



Estrutura Societária Vedada

- Sócio pessoa jurídica
- Filial ou participação societária no exterior

O QUE VAI MUDAR NO SIMPLES NACIONAL COM A REFORMA TRIBUTÁRIA?

2027 SERÁ UM ANO DE GRANDES MUDANÇAS!

COMO É HOJE

Adesão feita até **31 de janeiro** de cada ano, válida para o exercício inteiro
IBS e CBS ainda não existem dentro do sistema

Como ficará a partir de 2027

Adesão em setembro do ano anterior, com efeitos a partir de janeiro
Exemplo: para estar no Simples em 2027, a opção deve ser feita em setembro de 2026

Forma de recolher IBS e CBS:

Pode ser por **dentro** (no DAS) ou **por fora** (regime regular)
A escolha é **semestral e irretratável**:

Setembro → define jan–jun do ano seguinte

Abril → define jul–dez do mesmo ano

Por que essa mudança?

Evita insegurança de adesões no início do ano (quando empresas emitem notas sem confirmação)

Dá mais **flexibilidade estratégica**: contadores e empresários podem decidir a cada semestre como recolher os tributos

Resumo final

Adesão ao Simples → anual em setembro.

Forma de recolher IBS/CBS → semestral, definida em setembro e abril.

Contadores precisarão atuar de forma **consultiva e estratégica para orientar clientes**.

OBJETIVO E SUBSÍDIO DO SIMPLES NACIONAL

Objetivo Principal

Reduzir a **burocracia** e a **carga tributária** para micro e pequenas empresas, facilitando a formalização e impulsionando o crescimento sustentável dos negócios brasileiros.

Simplificação Administrativa

Uma única guia mensal (DAS) para cálculo e pagamento, eliminando a complexidade de múltiplas obrigações e reduzindo significativamente os custos operacionais.

Competitividade e Inclusão

Promove justiça fiscal e igualdade de oportunidades no mercado, incentivando a competitividade e a inclusão econômica de pequenos empreendedores.

Subsídio Oferecido

Carga tributária **reduzida** com **alíquotas progressivas** conforme o faturamento, tornando-se mais vantajoso que Lucro Presumido e Lucro Real para empresas qualificadas.



PROFESSOR

Silvio Crepaldi

O QUE É O SIMPLES NACIONAL E SUA FISCALIZAÇÃO

O Simples Nacional é um **regime unificado de arrecadação e fiscalização** criado especialmente para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), instituído pela Lei Complementar nº 123/2006.

Este sistema **unifica oito tributos diferentes** em um único recolhimento: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e INSS patronal, simplificando significativamente a vida do empresário brasileiro.



Fiscalização Compartilhada

Receita Federal, Secretarias Estaduais e Municipais trabalham em conjunto.

Sistema Sefisc

Plataforma unificada para lançamento e controle integrado dos tributos.

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional responsável por dívida ativa e execução fiscal.



Art. 33, LC 123/2006



PROFESSOR

Silvio Crepaldi

MECANISMOS E OBRIGAÇÕES NA FISCALIZAÇÃO

01

Pagamento Mensal via DAS

O Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) unifica até oito tributos em uma única guia mensal, **facilitando o cumprimento das obrigações fiscais.**

02

Obrigações Acessórias

Entrega mensal do **PGDAS-D** para apuração dos tributos e anualmente da **DEFIS** com informações socioeconômicas completas da empresa.

03

Transparência Digital

Portal e-CAC permite consulta e acompanhamento de todas as ações fiscais, garantindo controle total pelo contribuinte.

Operação Falso Simples (2025): Demonstra a fiscalização ativa do governo contra irregularidades, com mais de **8 mil empresas notificadas** para regularização de contribuições previdenciárias. Empresários têm direito à impugnação administrativa em caso de exclusão do regime, com prazos e procedimentos digitais estabelecidos para garantir a defesa.

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Quem pode optar pelo SIMPLES NACIONAL?

Microempresa (ME)

Faturamento anual de até R\$ 360 mil:

- Ideal para negócios iniciantes,
- Alíquotas mais baixas,
- Menos burocracia.

Empresa de Pequeno Porte (EPP)

Faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões:

- Para empresas em crescimento,
- Alíquotas progressivas,
- Maior complexidade Operacional.



Atenção: Existem regras restritivas sobre sócios, tipos de atividades exercidas e situação de débitos fiscais que podem impedir a adesão.

Processo de adesão ao SIMPLES NACIONAL

01

Verificação de Requisitos

Análise detalhada de faturamento, atividades exercidas e situação fiscal da empresa.

02

Regularização Pendências

Quitação de débitos fiscais e correção de informações cadastrais nos órgãos competentes.

03

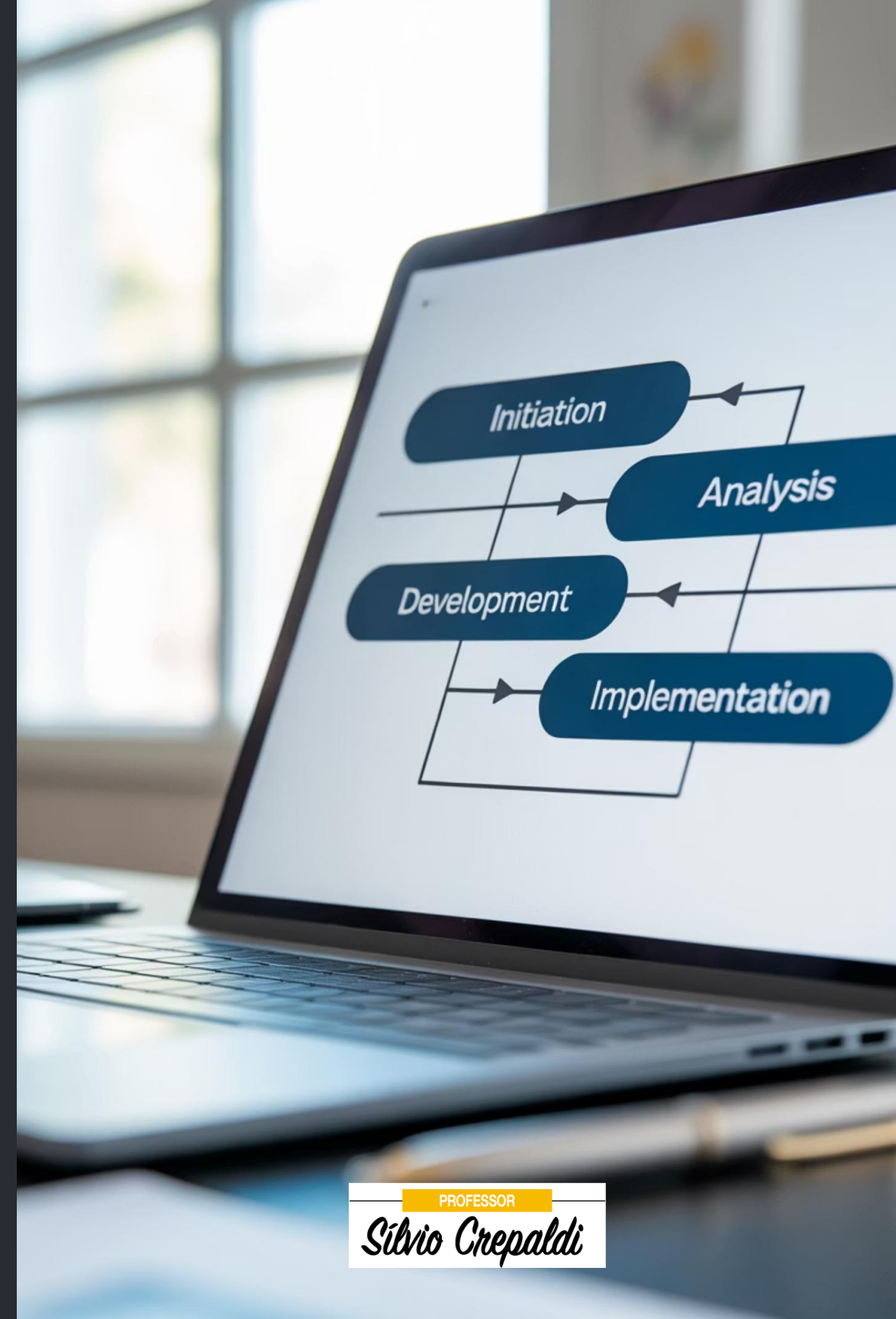
Solicitação Online

Acesso ao Portal do Simples Nacional para formalização da opção pelo regime.

04

Confirmação e Início

Validação da adesão e início da tributação pelo novo regime a partir do mês seguinte.



FISCALIZAÇÃO DO MEI: objetivo e fatos fiscalizados

Entenda como funciona a fiscalização do **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** e mantenha seu negócio sempre em conformidade com as obrigações legais.





Por que o MEI é fiscalizado?



Cumprimento das Obrigações

Garantir que o Microempendedor Individual cumpra suas obrigações fiscais e previdenciárias de forma correta e pontual.



Combate às Fraudes

Evitar fraudes e irregularidades que prejudiquem o sistema tributário e comprometam a concorrência justa no mercado.



Proteção dos Benefícios

Assegurar o acesso contínuo aos benefícios previdenciários e manter o CNPJ ativo para todas as operações comerciais.

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Principais Obrigações Fiscalizadas no MEI

1 Pagamento da DAS-MEI

Guia mensal deve ser paga até o dia 20, incluindo INSS, ICMS e/ou ISS conforme a atividade exercida.

2 Declaração Anual DASN-SIMEI

Entrega obrigatória até 31 de maio, mesmo quando não há faturamento no período.

3 Emissão de Nota Fiscal

Necessária para vendas ou serviços prestados a pessoas jurídicas e quando solicitada por pessoa física.

Limite de Faturamento: Até R\$ 81.000,00 anuais (exceção para transportadores autônomos que podem faturar até R\$ 251.600,00).

Funcionários: Máximo de 1 funcionário contratado, com todos os recolhimentos trabalhistas em dia.



Consequências da Fiscalização e Irregularidades

Multas por Atraso na DASN-SIMEI

Valor mínimo de R\$ 50,00 ou 2% do faturamento por mês de atraso, limitado a 20% do faturamento anual declarado.

Cancelamento do CNPJ

Em caso de débitos não quitados, o CNPJ pode ser cancelado e a dívida transferida para o CPF do titular.

Perda de Credibilidade

Impossibilidade de emitir notas fiscais resulta em perda de credibilidade e dificuldades nas relações comerciais.

Desenquadramento Obrigatório

Ultrapassar os limites de faturamento exige mudança para outro regime tributário, com maior carga fiscal.

Como manter seu MEI regular e evitar problemas?

01

Recolher a DAS Mensalmente

Mantenha o recolhimento da guia DAS rigorosamente em dia, sempre até o dia 20 de cada mês.

02

Declare Anualmente

Faça a DASN-SIMEI dentro do prazo até 31 de maio, mesmo se não teve faturamento no ano.

03

Emita Notas Fiscais

Sempre emita nota fiscal quando vender produtos ou prestar serviços para empresas.

04

Controle o Faturamento

Monitore mensalmente suas receitas para não ultrapassar o limite anual de R\$ 81.000,00.

05

Busque Orientação Profissional

Conte com o apoio do Sebrae ou contadores especializados para esclarecer dúvidas e receber suporte.

Dica Importante: Manter a documentação organizada e cumprir os prazos é fundamental para o sucesso do seu MEI e evitar complicações fiscais.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: definição e importância



PROFESSOR
Silvio Crepaldi

Estratégia Legal

Conjunto de práticas legítimas para otimizar a carga tributária sem infringir a legislação fiscal.

Prevenção de Erros

Evita equívocos contábeis custosos e potenciais autuações fiscais que podem comprometer o negócio.

Sustentabilidade Financeira

Garante posição financeira empresarial e viabiliza crescimento sustentável a longo prazo.

Benefícios do PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO



Economia Significativa

Impostos podem representar até 30% da receita empresarial. Um planejamento eficiente pode gerar economias substanciais, liberando recursos para investimento e crescimento.



Segurança Jurídica

Assegura total conformidade fiscal, eliminando riscos de autuações e multas. Proporciona tranquilidade para focar no *core business* da empresa.



Melhor Fluxo de Caixa

Otimização do recolhimento de tributos resulta em melhor gestão do capital de giro e maior capacidade de investimento em novos projetos e expansão.

Por que buscar **REDUÇÃO** da carga tributária?

Alíquotas Elevadas

Algumas atividades, especialmente no Anexo V, enfrentam tributação pesada que pode comprometer a margem de lucro.

Competitividade

Reduzir impostos legalmente libera capital para investimentos, melhorias e expansão do negócio.

Crescimento Sustentável

Estratégias tributárias bem planejadas são fundamentais para o desenvolvimento empresarial a longo prazo.

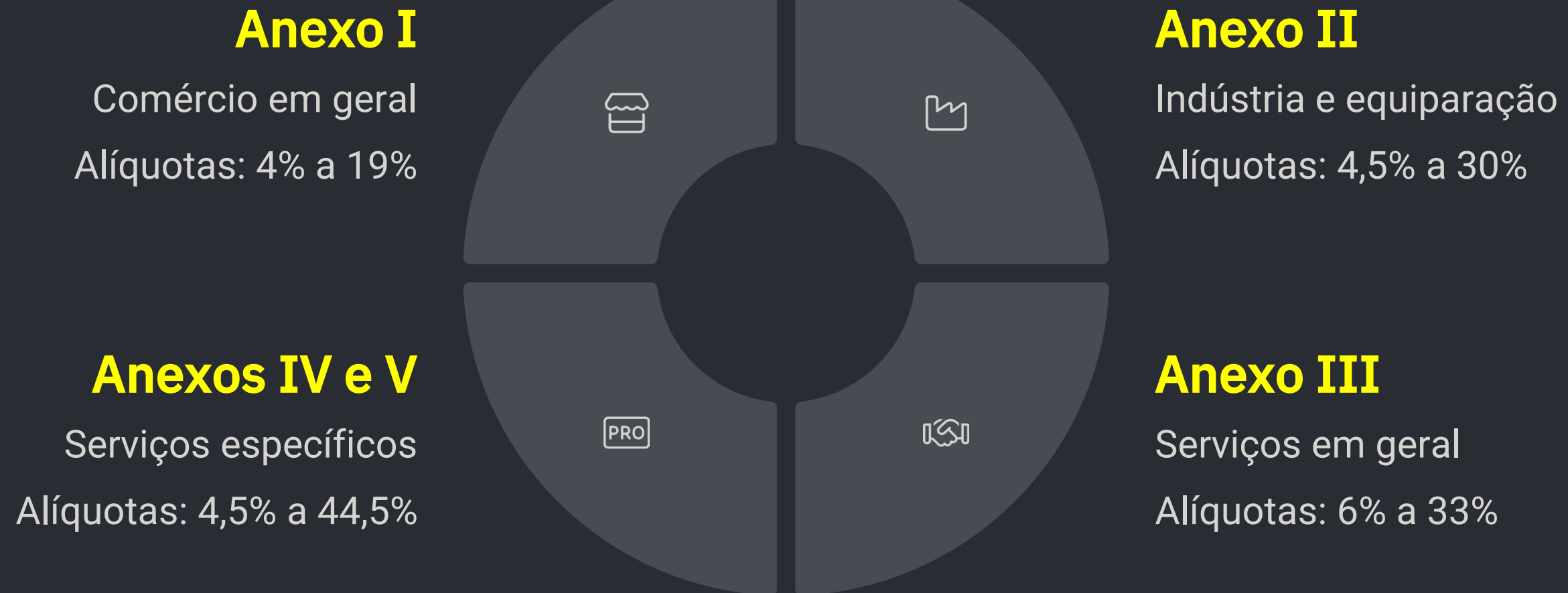


GROWTH SOLUTIONS INC.
OPTIMIZE. GROW. THRIVE.

PROFESSOR

Silvio Cherpaldi

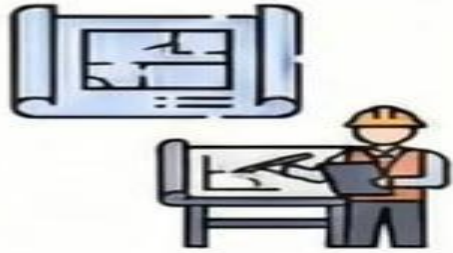
Alíquotas progressivas e Anexos do SIMPLES NACIONAL



Cada anexo agrupa atividades econômicas similares, com alíquotas que variam conforme faturamento e setor específico da empresa.

Engenharia e Arquitetura no Simples Nacional — Qual Anexo usar?

A tributação depende da natureza do serviço — não apenas da profissão.



◆ BLOCO 1 — PROJETOS & CONSULTORIA (Intelectual)

- **Foco:** criação e pensamento técnico
- Sem execução física da obra

Exemplos:

- Projetos arquitetônicos
- Projetos estruturais
- Laudos e perícias
- Fiscalização de obras
- Consultoria técnica

CNAEs comuns:

- 7111-1/00 — Arquitetura
- 7112-0/00 — Engenharia

Tributação no Simples:

- Inicia no Anexo V (15,5%)
- Pode usar Fator R
- Folha $\geq 28\%$ → Anexo III (~6%)



■ BLOCO 2 — EXECUÇÃO DE OBRAS (Construção Civil)

- **Foco:** construção e reforma estrutural

Exemplos:

- Construção de imóveis
- Reformas estruturais
- Ampliações
- Terraplenagem
- Obras de infraestrutura

CNAEs comuns:

- 4120-4/00 — Construção de edifícios
- 4213-8/00 — Urbanização
- 4299-5/99 — Obras de engenharia civil

Tributação no Simples:

- Sempre Anexo IV (4,5%)
- Não usa Fator R
- CPP 20% paga fora do DAS



ATENÇÃO: Instalações em obra nova → Anexo IV. Manutenção em prédio pronto → Anexo III. O que define é se integra a obra civil.



● BLOCO 3 — MANUTENÇÃO & INSTALAÇÕES (Operacional)

Foco: reparos e serviços técnicos isolados
Sem obra civil pesada

Exemplos:

- Manutenção elétrica
- Reparos hidráulicos
- Instalações prediais
- Instalação de equipamentos
- Manutenção predial

CNAEs comuns:

- 4321-5/00 — Elétrica
- 4322-3/01 — Hidráulica
- 4330-4/04 — Pintura
- 4399-1/03 — Alvenaria

Tributação no Simples:

- Anexo III direto (6%)
- Sem Fator R
- CPP inclusa no DAS

Cálculo do tributo no SIMPLES NACIONAL

Base de Cálculo

Soma da receita bruta acumulada dos últimos 12 meses da empresa.

Identificação da Faixa

Localização da faixa de faturamento na tabela do anexo correspondente.

Aplicação da Alíquota

Multiplicação da receita mensal pela alíquota da faixa identificada.

Dedução de Parcela

Subtração do valor fixo previsto na tabela para ajuste final do imposto.



Fórmula: (Receita Mensal \times Alíquota) - Parcela a Deduzir = DAS a Recolher

Anexos e Faixas de Alíquotas

Anexo	Atividade	Alíquota Inicial	Alíquota Máxima
I	Comércio	4,00%	19,00%
II	Indústria	4,50%	30,00%
III	Serviços	6,00%	33,00%
IV	Serviços Específicos	4,50%	44,50%
V	Serviços Profissionais	15,50%	44,50%

O Fator R

A principal estratégia para redução tributária

Definição do Fator R

Relação percentual entre folha de pagamento e faturamento dos últimos 12 meses que determina o enquadramento tributário.

Se a folha $\geq 28\%$ do faturamento, a empresa pode migrar do Anexo V para o Anexo III, obtendo alíquotas significativamente menores.



FATOR R NO SIMPLES NACIONAL:

O que é, como calcular e quando reduz imposto



O QUE É O FATOR R?

O **Fator R** é um cálculo usado no Simples Nacional para definir se determinadas atividades de serviços serão tributadas pelo **Anexo III** (menor carga tributária) ou pelo **Anexo V** (maior carga tributária).

Destaque: não se aplica a todas as atividades

COMO CALCULAR

$$\text{Fator R} = \frac{\text{Folha de pagamento (12 meses)}}{\text{Receita bruta (12 meses)}}$$

Folha inclui salários, pró-labore, 13º, férias e encargos previdenciários.

REGRA DOS 28%

✓ **Fator R \geq 28%**
→ Anexo III
→ Alíquota menor

✗ **Fator R $<$ 28%**
→ Anexo V
→ Alíquota maior

EXEMPLO PRÁTICO (ATIVIDADE SUJEITA AO FATOR R)

Exemplo: Representação Comercial

Receita (12 meses): R\$ 360.000

Folha (12 meses): R\$ 110.000

$$110.000 \div 360.000 = 30,5\%$$

✓ **Fator R atingido** → Migra do Anexo V para o Anexo III → Menor imposto

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

ENGENHARIA E ARQUITETURA

O impacto do Fator R no Simples Nacional

Simulação para atividades intelectuais — faturamento de R\$ 20 mil/mês

✓ COM FATOR R (Anexo III)

- Faturamento: R\$ 20.000/mês
- Folha/pró-labore: R\$ 6.000
- Percentual da folha: 30%
- Alíquota efetiva: 6,00%

Imposto mensal:
R\$ 1.200

Folha \geq 28% da receita

⚠ SEM FATOR R (Anexo V)

- Faturamento: R\$ 20.000/mês
- Pró-labore: R\$ 1.621
- Percentual da folha: 8,11%
- Alíquota efetiva: 15,50%

Imposto mensal:
R\$ 3.100

Folha abaixo de 28%

O FATOR R PODE REDUZIR O IMPOSTO

R\$ 1.900 por mês

 \approx **R\$ 22.800** por ano

Como calcular o Fator R?

01

Fórmula Base

Fator R = (Folha de pagamento últimos 12 meses) ÷ (Faturamento bruto últimos 12 meses).

03

Resultado

30% > 28% = Anexo III (alíquotas a partir de 6% vs 15,5% do Anexo V).

02

Exemplo Prático

Empresa de arquitetura:
R\$ 15.000 folha ÷ R\$ 50.000 faturamento = 30%.



PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Quem pode se beneficiar do Fator R?

Profissionais e empresas de serviços que normalmente se enquadram no Anexo V:



Arquitetura e Urbanismo

Escritórios de arquitetura e planejamento urbano podem reduzir significativamente sua carga Tributária.



Medicina e Odontologia

Clínicas e consultórios médicos que investem em equipe especializada.



Design e Publicidade

Agências criativas e estúdios de design com equipes estruturadas.

Estratégias para aproveitar o Fator R



Planejamento do *Pró-labore*

Ajustar remuneração dos sócios para aumentar folha sem onerar excessivamente a tributação pessoal.



Contratação CLT

Investir em funcionários registrados para fortalecer a equipe e viabilizar o enquadramento.



Controle Rigoroso

Monitoramento mensal do faturamento e folha para manter percentual $\geq 28\%$.





Cuidados e limitações do Fator R

⚠ **Tributação Pessoal**

Pró-labore elevado aumenta IR e INSS dos sócios, exigindo cálculo cuidadoso do custo-benefício.

📋 **Obrigações Trabalhistas**

Encargos sociais e direitos trabalhistas devem ser rigorosamente respeitados.

🎯 **Atividades Específicas**

Nem todas as categorias profissionais podem utilizar o benefício do Fator R.

🔍 **Planejamento Profissional**

Consultoria especializada é essencial para evitar riscos e maximizar benefícios.

Outras opções para redução tributária

Além do **Fator R**, existem outras estratégias importantes:



Revisão de Enquadramento

Verificar se a atividade está corretamente classificada nos anexos,



Gestão Digital

Softwares especializados para controle tributário e emissão de notas,



Benefícios Fiscais

Aproveitar incentivos municipais e estaduais quando aplicáveis,



Consultoria Especializada

Profissionais qualificados identificam oportunidades específicas,





PLANEJAMENTO é a chave

Para pagar menos e crescer mais

Fator R como Ferramenta Principal

A estratégia mais eficaz para redução legal de impostos no Simples Nacional.

Investimento em Equipe

Valorizar funcionários traz benefícios tributários e operacionais.

Crescimento Inteligente

Consultoria contábil especializada maximiza oportunidades e garante Segurança.



INVESTIDOR ANJO NO SIMPLES NACIONAL

Pessoa Física e Jurídica, Enquadramento
Jurídico, Exigências e Remuneração.

O que é o INVESTIDOR ANJO no Simples Nacional?

É aquele que **APORTA CAPITAL** em micro e pequenas empresas enquadradas no **Simples Nacional**, representando uma alternativa estratégica para financiar o crescimento empresarial.

Aporte sem Alteração do Capital Social

O investimento não integra o capital social da empresa, preservando seu enquadramento no regime tributário simplificado.

Amplas Fontes de Capital

Pode ser pessoa física, pessoa jurídica ou fundos de investimento, diversificando as possibilidades de captação.



Enquadramento Jurídico: Lei Complementar nº 123/2006

Artigo 61-A da Lei 123/2006

Autoriza expressamente o aporte de capital **sem** alterar o capital social da empresa beneficiária.

Contrato de Participação

Instrumento jurídico que formaliza a relação, estabelecendo prazo máximo de 7 anos para a parceria.

Limitação de Direitos

O investidor anjo **não** é sócio, não possui direito a voto ou gerência, apenas participação consultiva.



Pessoa Física x Pessoa Jurídica como INVESTIDOR ANJO



Pessoa Física

- Investidor individual que aplica recursos próprios;
- Não assume responsabilidade pelas dívidas da empresa;
- Processo de tomada de decisão mais ágil;
- Relacionamento mais próximo com o empreendedor



Pessoa Jurídica

- Inclui fundos de investimento e outras empresas;
- Amplia significativamente o capital disponível;
- Estrutura mais robusta de análise e Acompanhamento;
- Responsabilidade limitada e gestão profissional.

Exigências para a Empresa receber INVESTIMENTO ANJO

01

Faturamento Limitado

Receita bruta anual deve estar abaixo de R\$ 2 milhões para manter o enquadramento no Simples Nacional.

03

Potencial de Crescimento

Mercado-alvo significativo acima de R\$ 500 milhões anuais e potencial de escalabilidade comprovado.

02

Caráter Inovador

Negócio deve apresentar inovação em produto, serviço, processo ou modelo de negócio diferenciado no mercado.

04

Finalidade do Aporte

Investimento destinado exclusivamente ao crescimento, não para compra de participação ou quitação de dívidas.



Direitos e Limitações do INVESTIDOR ANJO

Direitos Garantidos

→ **Proteção Patrimonial**

Não responde por dívidas da empresa, mesmo em falência ou recuperação judicial.

→ **Transparência Financeira**

Pode exigir prestação de contas anual e acesso aos documentos financeiros da empresa.

Limitações Impostas

→ **Gestão Operacional**

Não pode atuar em nome da empresa ou participar diretamente da administração do negócio.

→ **Participação Consultiva**

Sua atuação fica restrita ao aconselhamento estratégico, sem poder de decisão executiva.

Remuneração do INVESTIDOR ANJO

7

Anos Máximos

Prazo limite estabelecido no Contrato de Participação para recebimento da remuneração.

50%

Limite de Lucros

Percentual máximo dos lucros da empresa que pode ser distribuído ao investidor anjo.

2

Anos Mínimos

Período de carência antes do direito ao resgate do aporte com correção contratual.



A **REMUNERAÇÃO** é definida no Contrato de Participação, podendo incluir distribuição de lucros e direito ao resgate do valor investido, sempre respeitando os limites legais estabelecidos.

Importância do Contrato de Participação



Your partnership
for success.

APEX
LEGAL SOLUTIONS

PROFESSOR
Silvio Crepaldi



Formalização Jurídica

Documento essencial que estabelece direitos, deveres, forma de remuneração e prazos para ambas as partes.



Segurança Jurídica

Garante proteção legal tanto para o investidor quanto para a empresa, minimizando riscos contratuais.



Flexibilidade Contratual

Permite negociação livre de cláusulas específicas conforme o perfil e necessidades do investimento.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS NO SIMPLES NACIONAL

Legislação, Cálculo e Impactos.



PROFESSOR

Silvio Crepaldi

DISPOSITIVO LEGAL E REGRAS BÁSICAS



Base Legal

A distribuição de lucros no Simples Nacional é regida pela Lei Complementar 123/2006 e pela Lei nº 9.249/1995, garantindo segurança jurídica para empresários.



Previsão Contratual

Empresas devem estabelecer no contrato social a forma e periodicidade da distribuição: mensal, trimestral ou anual, conforme suas necessidades.



Percentual de Distribuição

Percentual usual: mínimo de 25% do lucro líquido, podendo variar conforme definido no contrato social da empresa.



Isenção Tributária

Lucros distribuídos são isentos de Imposto de Renda para os sócios, desde que devidamente comprovados por escrituração contábil regular e fidedigna.

COMO CALCULAR A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

01

Calcular o Lucro Bruto

Lucro Bruto = Receita Total - Despesas operacionais e custos do período.

02

Deduzir os Impostos

Lucro Líquido = Lucro Bruto - Impostos pagos no regime Simples Nacional.

03

Distribuir Proporcionalmente

Dividendos distribuídos conforme participação societária de cada sócio no contrato.

04

Observar Limites Legais

Respeitar limites de isenção: até 32% da receita para serviços e 8% para comércio.

Exemplo Prático

Receita Total: R\$ 120.000

Despesas: R\$ 20.000

Lucro Bruto: R\$ 100.000

Impostos: R\$ 15.000

Lucro Líquido: R\$ 85.000

Distribuição: Dois sócios com 50% de participação cada recebem R\$ 42.500

PROFESSOR

Silvio Cherpaldi

VANTAGENS DA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

1

Isenção Tributária Completa

Isenção de IRPF e contribuição previdenciária sobre os valores distribuídos como dividendos, representando economia significativa.

2

Economia Comparativa

Redução substancial da carga tributária em comparação ao pró-labore, que sofre incidência de INSS e Imposto de Renda Retido na Fonte.

3

Flexibilidade na Gestão

Total flexibilidade na periodicidade da distribuição, que pode ser ajustada conforme fluxo de caixa e estratégia da empresa.

4

Lucros Acumulados

Possibilidade de distribuir lucros acumulados de exercícios anteriores sem tributação adicional, se devidamente comprovados na contabilidade.



DESVANTAGENS E CUIDADOS NECESSÁRIOS

Escrituração Contábil Rigorosa

Necessidade de manter escrituração contábil detalhada e regular para evitar autuações fiscais e garantir a isenção tributária dos dividendos.

Limites de Isenção

Limites baseados no lucro presumido podem restringir os valores distribuídos sem tributação, exigindo planejamento cuidadoso da distribuição.

Mudanças Legislativas

Discussões em curso no Congresso Nacional podem alterar a isenção de dividendos, especialmente para valores acima de determinados patamares.

Regularidade Fiscal

Empresas com tributos em atraso não devem distribuir lucros para evitar problemas graves com a Receita Federal e possíveis sanções.

Registro Formal Obrigatório

Importância crítica de registrar formalmente toda distribuição em ata de assembleia para garantir segurança jurídica e validade fiscal.



ESCOLHA CORRETA DO ANEXO E ENQUADRAMENTO



Análise do CNAE

Estudo detalhado das atividades econômicas para identificar o enquadramento mais vantajoso fiscalmente.



Mudança Estratégica

Avaliação da viabilidade de alterar atividades secundárias para reduzir alíquotas aplicáveis.



Atividades Impeditivas

Identificação e eliminação de atividades que possam excluir a empresa do regime simplificado.

APROVEITAMENTO DE INCENTIVOS FISCAIS

Oportunidades de Economia

- **Benefícios Municipais:** Isenções de ISS para determinados serviços e localidades específicas.
- **Incentivos Estaduais:** Redução de ICMS para atividades prioritárias regionais.
- **Créditos Fiscais:** Aproveitamento legal de créditos em operações comerciais.
- **Timing Estratégico:** Planejamento temporal de compras e vendas para otimizar tributação.

A identificação e aproveitamento correto desses benefícios pode representar economia significativa na carga tributária total da empresa.



Dica: Mantenha-se atualizado sobre novos incentivos fiscais criados pelos governos locais e estaduais.

GESTÃO DO FATURAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO

1 Monitoramento Contínuo

Acompanhamento mensal da receita acumulada para evitar mudanças indesejadas de faixa de tributação.

2 Planejamento de Receitas

Distribuição estratégica do faturamento ao longo do ano para manter alíquotas menores.

3 Gestão de Pagamentos

Planejamento do *timing* de recebimentos para otimizar o enquadramento tributário.

4 Controle de Limites

Monitoramento rigoroso para não ultrapassar o limite de R\$ 4,8 milhões e perder os benefícios.



Principais Riscos no PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Desatualização Legislativa

Falta de acompanhamento das constantes mudanças na legislação tributária e atualizações dos anexos do Simples Nacional:

- Perda de benefícios fiscais.
- Aplicação de alíquotas incorretas.
- Risco de autuações fiscais.

Enquadramento Inadequado

Erros na classificação do CNAE principal e atividades secundárias, resultando em tributação mais onerosa:

- Anexo incorreto aplicado.
- Alíquotas superiores ao necessário.
- Perda de competitividade.

Débitos e Pendências

Existência de débitos fiscais não regularizados que impedem adesão ou permanência no regime:

- Exclusão automática do Simples.
- Volta ao Lucro Presumido.
- Aumento significativo da carga Tributária.

COMO O CONTADOR PODE AJUDAR



Análise Personalizada

Estudo detalhado do perfil específico da empresa, identificando oportunidades únicas de economia fiscal.



Orientação Especializada

Consultoria para enquadramento ideal e máximo aproveitamento de todos os benefícios fiscais disponíveis.



Suporte Contínuo

Acompanhamento na regularização de pendências e cumprimento integral das obrigações fiscais e acessórias.

O **Contador** especializado é fundamental para navegar pela complexidade tributária e maximizar os benefícios do SIMPLES NACIONAL.

PROFESSOR

Silvio Cherpaldi



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO é a Chave

Seu Sucesso no Simples Nacional

Economize Legalmente

Utilize todas as ferramentas fiscais disponíveis para fortalecer seu negócio e aumentar a competitividade no mercado.

Conte com Especialistas

Decisões tributárias estratégicas requerem conhecimento técnico atualizado e experiência prática comprovada.

Planeje o Futuro

Inicie seu planejamento tributário hoje para construir um crescimento seguro e sustentável para amanhã.

O **planejamento tributário** inteligente é o diferencial competitivo que sua empresa precisa para prosperar no mercado brasileiro.

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Fiscalização no Regime de Tributação pelo SIMPLES NACIONAL: operações

Entenda como funciona a FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES EMPRESARIAIS no regime tributário mais utilizado por pequenos negócios no Brasil.



O que é o SIMPLES NACIONAL e sua abrangência na fiscalização

Microempresas (ME)

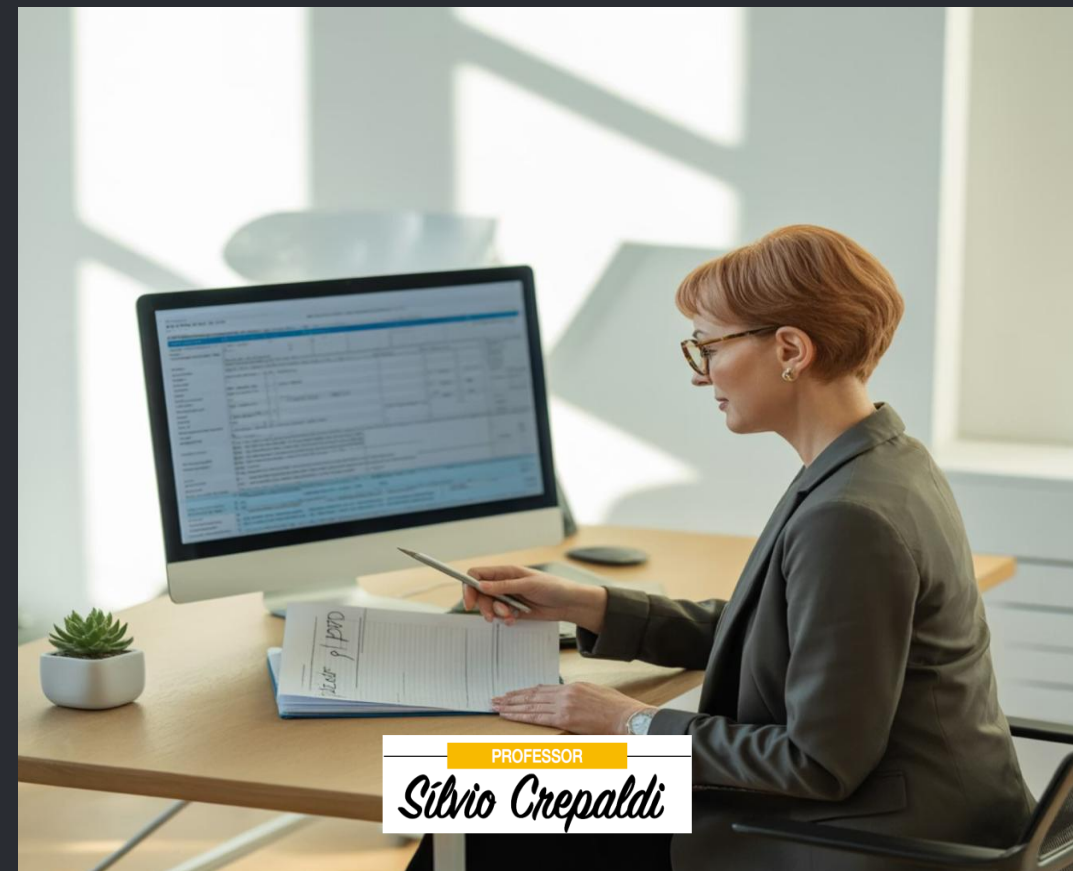
Faturamento até R\$ 360 mil anuais, com benefícios tributários especiais.

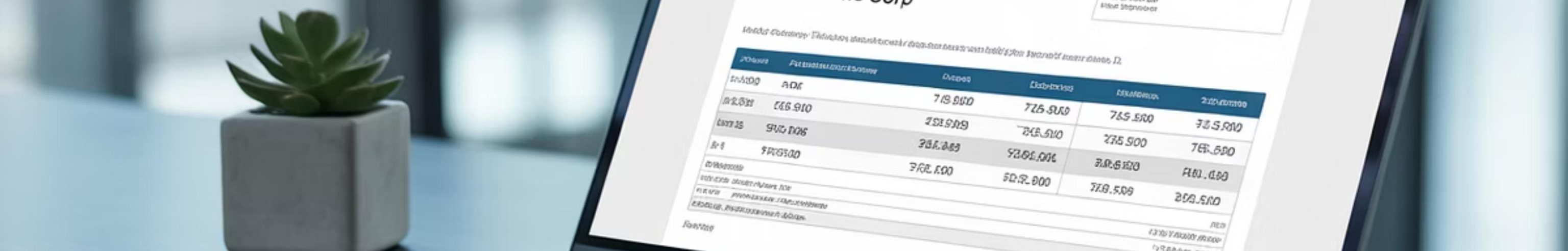
Empresas de Pequeno Porte (EPP)

Faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões anuais.

O Simples Nacional unifica **oito tributos** no **DAS**: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e CPP.

Fiscalização compartilhada coordenada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, envolvendo União, Estados, DF e Municípios.





Principais operações e obrigações fiscais no SIMPLES NACIONAL

01

Recolhimento via DAS

Recolhimento unificado até o dia 20 do mês seguinte ao da receita auferida, com alíquotas progressivas conforme o faturamento.

03

Operações Interestaduais

Atenção especial para empresas que ultrapassam sublimites estaduais - devem recolher ICMS e ISS diretamente aos fiscos.

02

Emissão de Notas Fiscais

Obrigatoriedade de emitir corretamente para operações de comércio, indústria e serviços, respeitando as especificidades de cada setor.

04

Declarações e Obrigações

DEFIS anual obrigatória e cumprimento das obrigações acessórias eletrônicas conforme legislação vigente.

Como ocorre a fiscalização das operações no SIMPLES NACIONAL

Análise Eletrônica



Cruzamento automático de dados fiscais e contábeis pela Receita Federal e fiscos estaduais/municipais:

- Verificação de inconsistências em notas fiscais
- Identificação de omissão de receitas
- Análise do enquadramento correto das atividades (CNAE)

Fiscalização Presencial



Intimações via DTE-SN e verificações in loco quando necessário

Caso Específico: *Dropshipping* tributa o valor total da venda, não apenas o lucro obtido na operação.

Consequências e boas práticas para evitar autuações



Consequências de Irregularidades

- Multas proporcionais à gravidade da infração.
- Exclusão automática do Simples Nacional.
- Cobrança de tributos em separado com juros.

Boas Práticas Essenciais

- Escrituração fiscal e contábil rigorosa.
- Emissão adequada de notas fiscais.
- Acompanhamento constante das mudanças legais.

Conclusão: A fiscalização é rigorosa, mas com organização, atenção às obrigações e consultoria contábil especializada, o **Simples Nacional** permanece como regime vantajoso e seguro para ME e EPP.

REFORMA TRIBUTÁRIA E O SIMPLES NACIONAL

Alterações Programadas

As principais mudanças que impactarão
micro e pequenas empresas brasileiras.



REFORMA
TRIBUTÁRIA

O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Unificação Tributária

Substituição de 5 tributos complexos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por apenas dois: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

IVA Dual

Implantação do sistema de tributação no destino, promovendo justiça fiscal e eliminando definitivamente a guerra fiscal entre estados.

Transição Gradual

Processo iniciado em 2026 com conclusão prevista para 2033, garantindo adaptação segura de empresas e governos.

Sistema tributário Brasileiro

Sistema tributário brasileiro

Um sistema tributário brasileiro moderno, justo e eficiente, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social do país, com a eliminação da guerra fiscal e a simplificação da legislação tributária.



Impacto
O novo sistema tributário brasileiro será capaz de gerar receita para o governo federal e para os estados e municípios, além de promover o desenvolvimento econômico e social do país.



Impacto
O novo sistema tributário brasileiro será capaz de gerar receita para o governo federal e para os estados e municípios, além de promover o desenvolvimento econômico e social do país.



Impacto
O novo sistema tributário brasileiro será capaz de gerar receita para o governo federal e para os estados e municípios, além de promover o desenvolvimento econômico e social do país.



PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Impactos Diretos no SIMPLES NACIONAL

%

Alíquotas Preservadas

Percentuais do Simples mantidos, mas com revisão estrutural para incluir CBS e IBS, preservando a carga tributária global.

📄

Novas Obrigações

Emissão obrigatória de notas fiscais eletrônicas destacando IBS e CBS a partir de 2027 (Art. 60 da LC 214/2025).

↘

Flexibilidade Estratégica

Possibilidade de optar por recolhimento separado do IBS e CBS para aproveitamento de créditos fiscais.



Importante: A opção por recolhimento separado será especialmente vantajosa para empresas B2B que precisam de competitividade no mercado.

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Reflexos Indiretos para optantes do SIMPLES NACIONAL

Aumento de Custos Operacionais

Elevação da tributação sobre insumos e serviços devido ao IBS e CBS, impactando diretamente custos operacionais e formação de preços finais:

- Matérias-primas mais caras,
- Serviços terceirizados com maior carga,
- Necessidade de reajuste de preços.

Impacto nos Aluguéis

Tributação sobre aluguéis comerciais passará a incidir IBS e CBS, elevando valores e afetando despesas fixas das micro e pequenas empresas:

- Aumento médio de 15% nos valores,
- Renegociação de contratos necessária,
- Planejamento de fluxo de caixa essencial.

Complexidade da Cadeia

Empresas precisam se preparar para variações de preços e maior complexidade operacional na cadeia de fornecimento:

- Diversificação de fornecedores,
- Contratos mais detalhados,
- Monitoramento constante de custos.



PROFESSOR

Silvio Crepaldi



DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

As micro e pequenas empresas enfrentarão importantes desafios de adaptação que exigem planejamento antecipado.

01

Adequação Tecnológica

Investimento em sistemas para emissão do novo modelo de nota fiscal eletrônica (DF-e) padronizado nacionalmente, garantindo conformidade legal.

02

Monitoramento Contínuo

Acompanhamento das revisões das alíquotas dos anexos do Simples para simular impactos financeiros e planejar adequadamente o orçamento.

03

Análise Estratégica

Avaliação criteriosa da opção de recolhimento separado do IBS e CBS para manter competitividade e maximizar acesso a créditos fiscais.



Oportunidades e preparação para o Futuro



Benefícios da Reforma

A reforma promove simplificação do sistema, maior transparência tributária e justiça fiscal, mas exige adaptação estratégica das empresas do Simples Nacional.



Período Crucial

Transição até 2033 oferece tempo necessário para garantir estabilidade operacional e segurança jurídica durante a implementação gradual.



Preparação é Chave

Investir em preparação hoje é garantir competitividade sustentável e aproveitamento das oportunidades no novo cenário tributário Brasileiro.

O SUCESSO DEPENDE DA PREPARAÇÃO ANTECIPADA

Contexto e Panorama da Reforma Tributária 2026

A **REFORMA TRIBUTÁRIA** representa a maior transformação no sistema fiscal brasileiro em décadas.

Compreender seus fundamentos é essencial para navegar com sucesso neste novo cenário e proteger a saúde financeira do seu negócio.

A Reforma Tributária em Números

Marco Legal

Emenda Constitucional nº 132/2023 e Lei Complementar nº 214/2025 implementam o novo sistema tributário nacional

Unificação Tributária

Substituição de 5 tributos complexos por CBS (federal) e IBS (estadual/municipal) em modelo dual

Transição Gradual

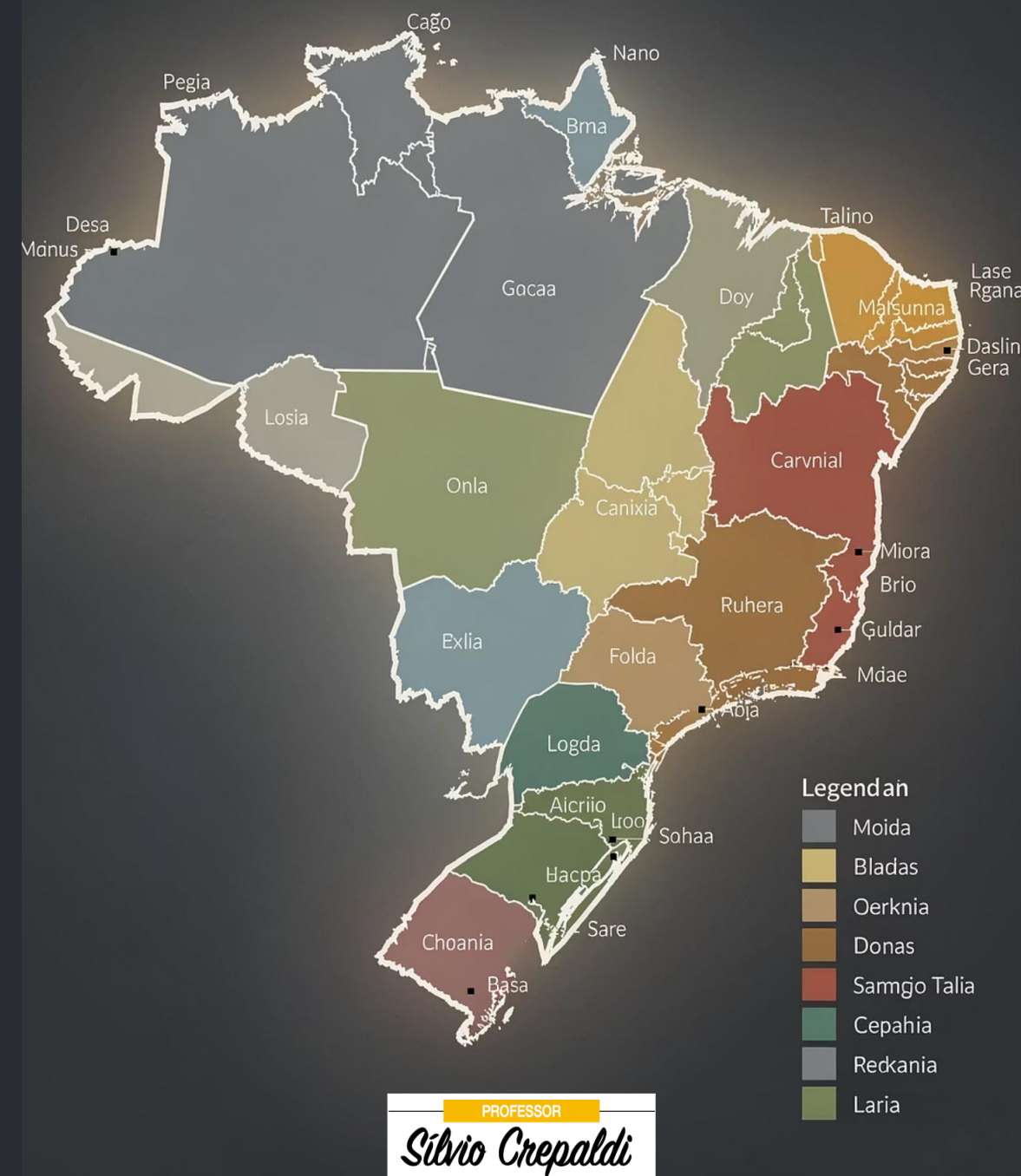
Período de adaptação entre 2026 e 2033, com fase de testes e ajustes iniciada em janeiro de 2026

IBS e CBS: Novo Modelo Tributário Federal e Local

A divisão entre Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) no âmbito federal e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) na esfera estadual e municipal representa uma mudança paradigmática na estrutura tributária brasileira, simplificando a arrecadação e aumentando a transparência fiscal.

Brazil Tax Distribution

Federal vs Local Tax Share by State



O SIMPLES NACIONAL no Novo Cenário

O **REGIME DIFERENCIADO** para microempresas e empresas de pequeno porte permanece ativo, mas com alterações estratégicas significativas que exigem atenção redobrada dos gestores.

- Regime mantido para ME e EPP, mas com dinâmica estratégica alterada
- Possibilidade inédita de regime híbrido: Simples para IRPJ, CSLL e CPP + CBS e IBS recolhidos separadamente
- Importância crescente da gestão contábil rigorosa para evitar multas e perda de competitividade



Principais Mudanças no SIMPLES NACIONAL em 2026

As transformações no Simples Nacional vão além de simples ajustes técnicos.

Representam uma reconfiguração estratégica que impacta diretamente a competitividade e a sustentabilidade financeira das pequenas empresas brasileiras.

Novas Obrigações Fiscais e Documentais

Destaque Obrigatório

Desde 5 de janeiro de 2026, todas as notas fiscais eletrônicas devem destacar obrigatoriamente IBS (0,1%) e CBS (0,9%), mesmo que os valores não sejam efetivamente recolhidos neste primeiro ano.

Obrigações Acessórias

Os valores destacados em 2026 não implicam pagamento imediato, mas exigem cumprimento rigoroso das obrigações acessórias sob pena de autuação.

Ajustes no DAS

Modificações no Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) estão previstas para 2027, quando o recolhimento efetivo será implementado de forma escalonada.

- ❏ **Atenção:** A não inclusão do destaque de IBS e CBS nas notas fiscais pode resultar em penalidades mesmo durante o período de transição.

Prazos e Regras para Adesão ao SIMPLES em 2026

Empresas Constituídas

Opção somente em janeiro, até dia 30, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2026

1

2

Empresas Novas

Opção no momento da inscrição do CNPJ via Módulo Administração Tributária (MAT)

3

Regularização Fiscal

Obrigatória para aprovação da opção, incluindo débitos federais, estaduais e municipais

O prazo único e concentrado em janeiro exige planejamento antecipado e acompanhamento próximo da situação fiscal da empresa para garantir aproveitamento da janela de adesão.



Prazo Único para Opção ao SIMPLES NACIONAL em 2026

A janela de oportunidade para optar pelo Simples Nacional é restrita e estratégica.

Empresários devem antecipar a regularização fiscal e documentação necessária para não perder o prazo de janeiro, evitando aguardar até o próximo ano.

Impactos na Faixa de Faturamento e Enquadramento

Limites Atualizados

MEI, ME e EPP mantêm faixas de faturamento conforme legislação vigente, com ajustes anuais por índices oficiais

Migração Obrigatória

MEI que ultrapassar limite anual deve migrar para ME automaticamente, com implicações tributárias significativas

Acompanhamento Constante

Monitoramento mensal do faturamento é essencial para evitar desenquadramento involuntário e multas

Impactos Práticos e Desafios para as Empresas

A **REFORMA TRIBUTÁRIA** não é apenas uma mudança de legislação — é uma transformação que afeta o dia a dia operacional, a competitividade de mercado e a viabilidade financeira de milhares de pequenos negócios em todo o país.

Convivência de Regimes e Complexidade Operacional



Durante o período de transição, empresas podem operar simultaneamente em múltiplos regimes tributários, criando cenários de complexidade operacional sem precedentes.

- Necessidade de simulações detalhadas para escolha do regime mais vantajoso
- Riscos elevados de erros na classificação e parametrização que podem gerar autuações fiscais severas
- Exigência de sistemas contábeis integrados e atualizados

Competitividade e Perda de Créditos Fiscais

1

Cenário Atual

Empresas do Simples que não adotarem regime híbrido podem perder competitividade

2

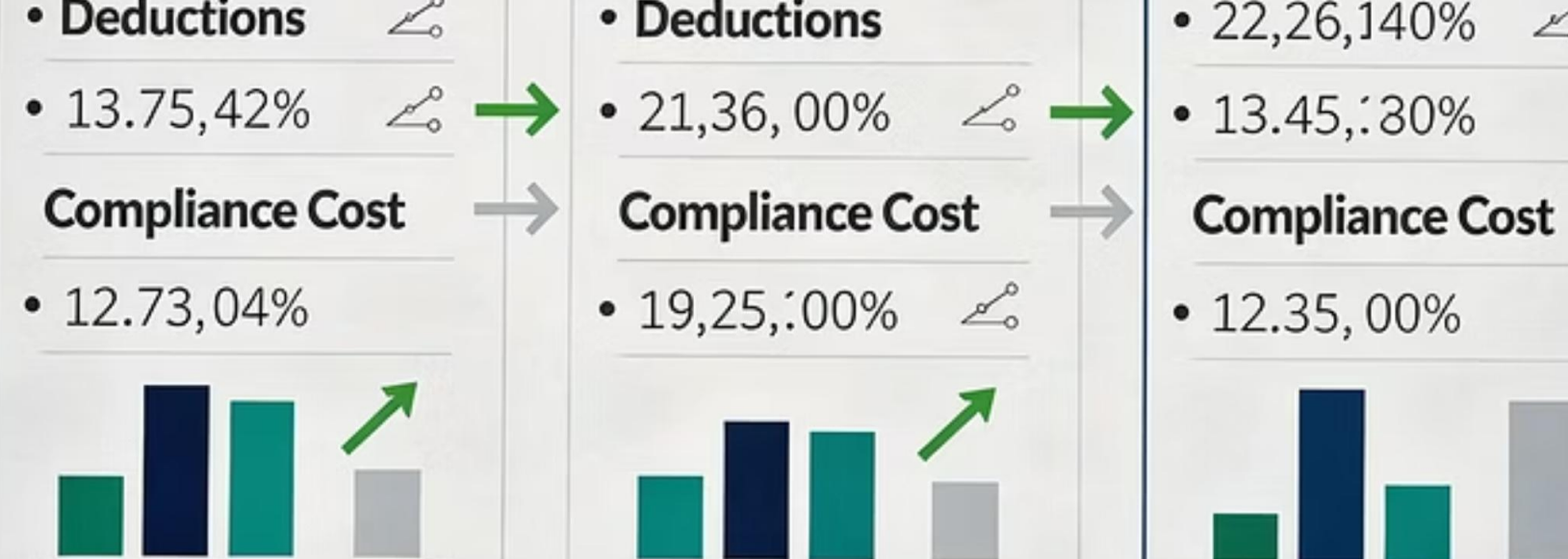
Demanda do Mercado

Clientes PJ buscam fornecedores que gerem créditos fiscais via CBS e IBS

3

Estratégia Necessária

Adoção de modelos híbridos para manter competitividade no mercado B2B



Simple Nacional Tradicional x Simple Híbrido x Lucro Presumido

A decisão entre os regimes tributários disponíveis requer análise minuciosa de múltiplos fatores: perfil de clientes, volume de insumos tributados, margem de lucro, e projeções de crescimento.

Cada regime apresenta vantagens específicas que devem ser avaliadas caso a caso.

Estratégias de PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO Pós-Reforma

O **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO** deixa de ser opcional e passa a ser componente estratégico essencial para a sobrevivência e crescimento das empresas no novo cenário fiscal brasileiro.

Avaliação do Regime Híbrido

Como Funciona

O regime híbrido permite manter o Simples Nacional para tributos federais diretos (IRPJ, CSLL, CPP) enquanto recolhe CBS e IBS separadamente, gerando créditos fiscais para os clientes.

Benefícios Principais

- Manutenção da simplicidade do Simples para tributos diretos
- Geração de créditos fiscais para clientes PJ
- Maior competitividade no mercado B2B

Ideal Para

Empresas prestadoras de serviços com clientes pessoa jurídica, especialmente nos setores de consultoria, tecnologia, marketing digital e serviços profissionais especializados.

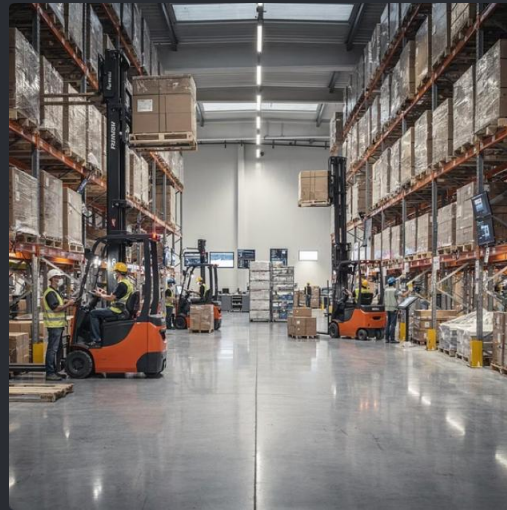
- ❏ **Exemplo prático:** Consultorias e empresas de tecnologia estão adotando o modelo híbrido para manter competitividade e gerar créditos fiscais valiosos.

Simulações e Cenários para escolha do Regime



Microempresa Varejo

Faturamento baixo, clientes pessoa física: Simples Nacional tradicional permanece mais vantajoso pela simplicidade



Comércio Atacadista

Alto volume de insumos tributados: Lucro Presumido pode ser mais vantajoso pelo aproveitamento de créditos



Serviços B2B

Análise detalhada necessária para optar entre Simples híbrido ou Lucro Presumido conforme perfil de clientes

Ferramentas e Controles Essenciais



Sistemas Integrados

Uso de plataformas para emissão de NF-e com destaque correto de IBS e CBS, evitando erros operacionais



Monitoramento Contínuo

Acompanhamento em tempo real das obrigações acessórias e prazos fiscais críticos



Consultoria Especializada

Assessoria contábil atualizada para evitar riscos e otimizar carga tributária efetiva

Casos Reais e Exemplos Práticos

ANALISAR SITUAÇÕES CONCRETAS DE EMPRESAS que enfrentaram as MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS permite identificar padrões de sucesso e armadilhas a evitar, fornecendo *insights* valiosos para seu planejamento estratégico.

Caso 1: Restaurante de Bairro



Perfil da Empresa

Restaurante familiar com 15 mesas, clientela local predominantemente pessoa física, baixo volume de insumos tributáveis de forma complexa.

Decisão Tributária

Manutenção do Simples Nacional tradicional como melhor opção tributária, priorizando simplicidade operacional e redução de custos administrativos.

Impacto da Reforma

Adaptação concentrada na emissão correta de documentos fiscais com destaque de IBS e CBS, e cumprimento das novas obrigações acessórias sem mudança de regime.

Caso 2: Distribuidora de Produtos

Perfil da Empresa

Distribuidora regional com alto volume de compras tributadas, fornecendo para clientes pessoa jurídica e necessitando gerar créditos fiscais competitivos.

Decisão Tributária

Migração estratégica para Lucro Presumido visando aproveitamento integral dos créditos da CBS não cumulativa, aumentando competitividade.

Planejamento de Transição

- Análise detalhada de estoque e controle de inventário
- Reavaliação de margens e precificação
- Treinamento de equipe para novo regime
- Implementação gradual em período de três meses

Resultados

Otimização do fluxo de caixa, melhor posicionamento competitivo e capacidade ampliada de investimento.

Caso 3: Empresa de Tecnologia B2B

Perfil da Empresa

Startup de desenvolvimento de software com 20 colaboradores, atendendo exclusivamente clientes empresariais de médio e grande porte que exigem créditos fiscais.

Desafio Principal

Clientes PJ começaram a exigir geração de créditos fiscais como critério para continuidade de contratos, ameaçando 60% da receita anual.

Solução Implementada

Adoção do regime híbrido do Simples Nacional, mantendo benefícios tributários para IRPJ, CSLL e CPP enquanto recolhe CBS e IBS separadamente.

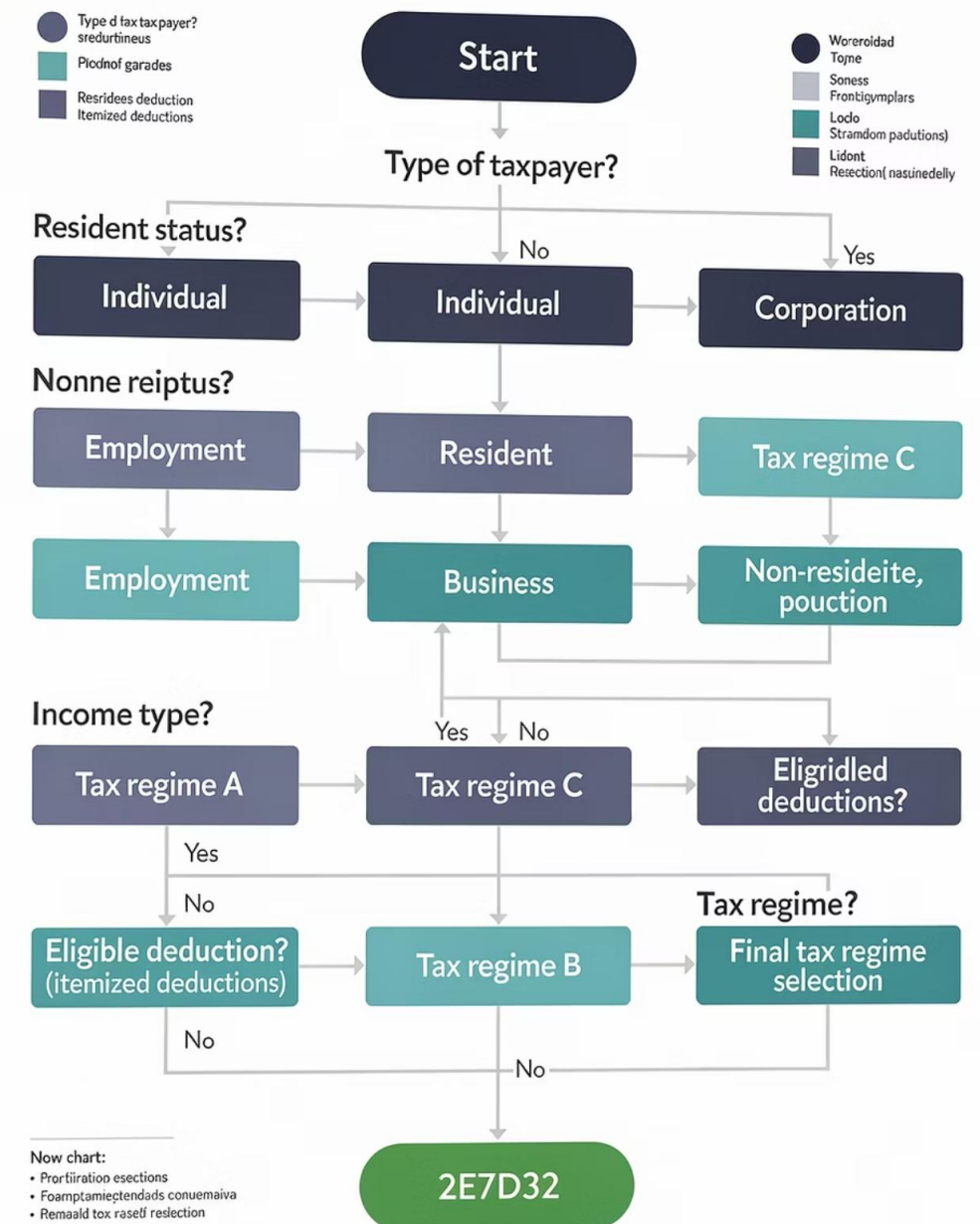
Benefícios Obtidos

- Manutenção de contratos estratégicos
- Redução de 12% na carga tributária efetiva
- Maior competitividade em licitações

Fluxograma de Decisão para Escolha do Regime Tributário

A escolha do REGIME TRIBUTÁRIO IDEAL deve seguir uma metodologia estruturada, considerando perfil de clientes, volume de insumos, margem de lucro, perspectivas de crescimento e capacidade operacional da empresa para gestão fiscal complexa.

Tax Regime Selection Flowchart



For illustrative purposes only

For illustrative purposes only

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Aspectos Legais e Normativos Atualizados

Compreender a **BASE LEGAL E NORMATIVA DA REFORMA TRIBUTÁRIA** é fundamental para garantir conformidade, evitar penalidades e aproveitar oportunidades dentro do marco regulatório vigente.

Legislação Base e Regulamentações

EC nº 132/2023

Emenda Constitucional que estabeleceu o marco inicial da reforma tributária brasileira

1

2

LC nº 214/2025

Lei Complementar que regulamenta o IVA dual e os regimes híbridos de tributação

Resoluções CGSN

Resoluções nº 140/2018 e 147/2019 definem regras específicas para adesão e exclusão do Simples

3

Obrigações Acessórias e Fiscalização

Novos Leiautes Fiscais

Notas fiscais eletrônicas devem conter campos específicos para destaque de IBS e CBS conforme leiaute atualizado do Sistema Nacional de Nota Fiscal Eletrônica.

Fiscalização Eletrônica

A Receita Federal e fiscos estaduais implementaram sistemas de cruzamento de dados em tempo real, permitindo identificação imediata de inconsistências.

Memória Fiscal

O Fisco brasileiro mantém histórico tributário de longo prazo, possibilitando autuações retroativas dentro do prazo de decadência de cinco anos.

- ❏ **Penalidades:** O descumprimento das obrigações acessórias pode gerar multas que variam de 0,5% a 3% do faturamento mensal, além de impedimentos para emissão de certidões negativas.

Preparação para 2027 e Além

A **REFORMA TRIBUTÁRIA** é um processo contínuo e dinâmico.

Preparar-se para as etapas futuras é tão importante quanto adaptar-se às mudanças atuais, garantindo sustentabilidade e competitividade de longo prazo.

Expectativas para o Próximo Ano

01

Aumento Gradual de Alíquotas

Elevação progressiva das alíquotas de CBS e IBS conforme cronograma de transição estabelecido

02

Consolidação do Regime Híbrido

Ajustes no DAS e procedimentos para recolhimento efetivo do regime híbrido do Simples Nacional

03

Atualização Permanente

Necessidade de capacitação contínua das equipes contábeis e fiscais para acompanhar mudanças normativas

Investimento em Tecnologia e Capacitação

A preparação adequada exige investimento coordenado em três frentes estratégicas fundamentais.

Tecnologia

Sistemas de gestão fiscal integrados, atualizados e compatíveis com as exigências de 2027 e além.

Capacitação

Treinamento estruturado de equipes para interpretação e aplicação correta das novas regras tributárias.

Consultoria

Assessoria estratégica especializada para antecipar mudanças e identificar oportunidades antes da concorrência.

Preparação Tecnológica e Humana para o Futuro Tributário

O **SUCESSO NA NOVA ERA TRIBUTÁRIA** depende da combinação harmoniosa entre sistemas tecnológicos avançados e equipes capacitadas, preparadas para interpretar dados, tomar decisões estratégicas e adaptar-se rapidamente às mudanças regulatórias contínuas.



PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Oportunidades e Riscos no Novo Regime

Toda transformação estrutural traz simultaneamente riscos a serem mitigados e oportunidades a serem aproveitadas.

Identificar e gerenciar ambos determina quem prosperará no novo cenário tributário.

Oportunidades para Pequenos Negócios

Simplificação Mantida

O Simples Nacional permanece como regime simplificado para ME e EPP, reduzindo complexidade administrativa e custos de conformidade fiscal

Planejamento Sofisticado

Possibilidade de planejamento tributário mais eficiente com regime híbrido, permitindo otimização da carga tributária sem perder benefícios

Competitividade Ampliada

Pequenas empresas bem assessoradas podem competir em igualdade com grandes corporações, especialmente em mercados B2B

Riscos e Desafios



Complexidade Crescente

A gestão fiscal e contábil torna-se significativamente mais complexa, exigindo investimento em sistemas e capacitação profissional.

Perda de Benefícios

Empresas que não se adaptarem adequadamente podem perder vantagens competitivas e clientes estratégicos.

Penalidades Severas

Multas e autuações por erros na transição e descumprimento das obrigações podem comprometer a saúde financeira do negócio.

Recomendações Práticas para Empresários e Contadores

Orientações objetivas e acionáveis para os principais atores envolvidos na gestão tributária das empresas, garantindo conformidade e otimização fiscal.

Para Empresários

Cumpra Prazos Rigorosamente

Acompanhe calendário fiscal e cumpra todas as obrigações acessórias dentro dos prazos estabelecidos, evitando multas e impedimentos

Avalie com Especialistas

Consulte contadores e advogados tributaristas para identificar o melhor regime tributário considerando o perfil específico do seu negócio

Invista em Tecnologia

Implemente sistemas integrados de gestão fiscal e contábil, priorizando soluções atualizadas com as exigências da reforma

Para CONTADORES

Atualização Contínua

Participe de cursos, seminários e grupos de estudo sobre a reforma tributária e suas atualizações normativas frequentes

Orientação Proativa

Oriente clientes sobre riscos e oportunidades antes que problemas se concretizem, assumindo papel consultivo estratégico

Planejamento Personalizado

Realize simulações detalhadas e desenvolva planejamento tributário personalizado para cada cliente considerando particularidades

Perguntas Frequentes e Mitos sobre o SIMPLES Pós-Reforma

Esclarecer equívocos comuns e responder dúvidas frequentes ajuda empresários a tomar decisões informadas, evitando erros baseados em informações incorretas que circulam no mercado.

Mito 1: "O SIMPLES NACIONAL vai acabar em 2026"

× Mito

O Simples Nacional será extinto com a reforma tributária e empresas precisarão migrar obrigatoriamente para outros regimes.



✓ Realidade

O regime SIMPLES NACIONAL permanece plenamente ativo e disponível para microempresas e empresas de pequeno porte. As mudanças introduzem opções estratégicas adicionais (como o regime híbrido), mas não eliminam o regime simplificado.

A reforma preserva os benefícios do Simples enquanto oferece flexibilidade para empresas que desejam gerar créditos fiscais, ampliando possibilidades em vez de restringi-las.

Mito 2: "Não preciso me preocupar com IBS e CBS no SIMPLES"

✗ Mito

Empresas do Simples Nacional estão isentas de qualquer obrigação relacionada a IBS e CBS durante todo o período de transição.



✓ Realidade

Desde janeiro de 2026, o destaque de IBS e CBS nas notas fiscais eletrônicas é obrigatório para todas as empresas do Simples, mesmo que os valores não sejam efetivamente recolhidos no primeiro ano.

O descumprimento desta obrigação acessória pode resultar em autuações, multas e impedimentos para emissão de certidões negativas. Além disso, empresas podem optar pelo regime híbrido para recolhimento separado, exigindo atenção redobrada.

Mito 3: "Empresas pequenas não serão afetadas"

✗ Mito

Microempresas e pequenos negócios com faturamento reduzido não precisam se preocupar com a reforma tributária.



✓ Realidade

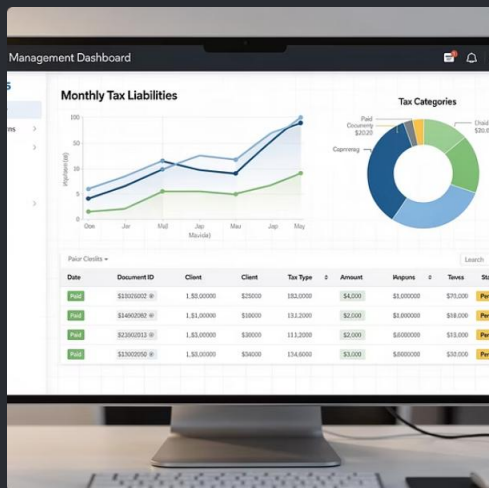
Todas as empresas, independentemente do porte, devem adaptar-se às novas regras de emissão de documentos fiscais, cumprimento de obrigações acessórias e avaliação estratégica de regime tributário.

Empresas que ignorarem a reforma podem perder competitividade no mercado B2B, enfrentar dificuldades na relação com clientes pessoa jurídica e incorrer em penalidades por descumprimento de obrigações, comprometendo viabilidade do negócio.

Ferramentas e Recursos para Apoio no PLANEJAMENTO

IDENTIFICAR E UTILIZAR AS FERRAMENTAS ADEQUADAS transforma o desafio da reforma tributária em oportunidade de profissionalização e crescimento sustentável do negócio.

Sistemas de Gestão Fiscal Recomendados



Emissores de NF-e Atualizados

Plataformas com suporte completo para destaque de IBS e CBS conforme lei autêntica exigida pela reforma, com atualizações automáticas



Plataformas Integradas

Sistemas de gestão que unificam controle do DAS, obrigações acessórias, fluxo de caixa e planejamento tributário em ambiente único

Consultorias e Cursos Especializados

Educação Continuada

Cursos atualizados sobre reforma tributária e Simples Nacional 2026 oferecidos por instituições renomadas como CRC, Sebrae e universidades especializadas.

- *Workshops* práticos sobre regime híbrido
- *Webinars* mensais de atualização normativa
- Certificações em planejamento tributário

Assessoria Profissional

Consultorias tributárias especializadas para simulações detalhadas e planejamento estratégico personalizado.

- Análise comparativa de regimes tributários
- Projeções de carga tributária
- Acompanhamento durante transição

Portais Oficiais e Fontes Confiáveis

Portal do Simples Nacional

Fonte oficial com legislação, manuais, simuladores e canais de atendimento:
www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/

Blogs Especializados

Conteúdo atualizado e análises práticas em portais como Blog Contmatic, Econet Editora e Nobile Contabilidade

Conselho Regional de Contabilidade

Materiais técnicos, webinars gratuitos e orientações para profissionais contábeis sobre a reforma

Visão de Futuro e Tendências Tributárias

Compreender a direção de longo prazo da reforma tributária permite **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** consistente e posicionamento antecipado para aproveitar oportunidades futuras.

Caminho para a Consolidação do IVA Dual



Transição Estrutural

A reforma prevê extinção gradual de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS até 2033, consolidando o sistema tributário brasileiro em torno do IVA dual (CBS e IBS).

Benefícios Esperados

- Maior transparência na cadeia tributária
- Redução do custo Brasil
- Simplificação administrativa significativa
- Eliminação de guerra fiscal entre estados

Impactos na Competitividade e Crescimento das MPEs

1

Incentivo à Formalização

Sistema simplificado e transparente estimula formalização de negócios informais

2

Crescimento Sustentável

Redução de complexidade permite foco em crescimento e inovação

3

Inovação em Gestão

Necessidade de modernização cria oportunidades para adoção de tecnologias avançadas



Projeção de Arrecadação e Simplificação Tributária até 2033

Estudos projetam que a reforma resultará em redução de até 30% no tempo dedicado a obrigações fiscais, liberando recursos para atividades produtivas.

A arrecadação tende a aumentar pela redução da sonegação e ampliação da base tributária.

Cases de Sucesso na Adaptação ao Novo SIMPLES

Histórias reais de empresas que transformaram o desafio da **REFORMA TRIBUTÁRIA** em vantagem competitiva através de planejamento estratégico e execução disciplinada.

Empresa A: Tecnologia e Planejamento Híbrido



Perfil

Startup de software com 12 funcionários, faturamento anual de R\$ 2,8 milhões, atendendo 45 clientes corporativos no setor financeiro.

Estratégia Implementada

Adoção do regime híbrido do Simples Nacional após análise detalhada que identificou potencial de otimização tributária.

Resultados em 2026

- Redução de 15% na carga tributária efetiva
- Melhoria na relação com clientes PJ
- Fechamento de 3 novos contratos corporativos
- Economia de R\$ 127 mil no ano

Empresa B: Comércio com Migração para Lucro Presumido

Perfil

Distribuidora de materiais de construção com 8 anos de mercado, faturamento de R\$ 5,2 milhões anuais e alto volume de compras tributadas.

Desafio

No Simples tradicional, perdia competitividade por não gerar créditos fiscais para clientes construtoras e incorporadoras.

Solução

Migração planejada para Lucro Presumido com aproveitamento estratégico de créditos da CBS não cumulativa.

Impactos Positivos

- Aproveitamento de R\$ 240 mil em créditos fiscais
- Otimização do fluxo de caixa operacional
- Ampliação de carteira em 22%
- Investimento em expansão física

Empresa C: Pequeno Restaurante no Simples Tradicional

Perfil

Restaurante familiar em bairro residencial, 10 funcionários, faturamento mensal médio de R\$ 45 mil, clientela 95% pessoa física.

Decisão Estratégica

Permanência no Simples Nacional tradicional após simulações demonstrarem ser o regime mais vantajoso para o perfil específico.

Ações de Adaptação

- Atualização do sistema emissor de NF-e
- Capacitação da equipe administrativa
- Implementação de checklist de obrigações

Resultados

Adequação rápida às novas regras, manutenção da competitividade local, fidelização crescente de clientes e expansão do delivery.

Checklist para Implementação do **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**

Guia prático e estruturado com os passos essenciais para garantir adaptação completa e eficiente às exigências da reforma tributária.

Passos Essenciais

01

Revisar Enquadramento Atual

Analisar situação fiscal atual, faturamento dos últimos 12 meses e projeções para 2026-2027

03

Realizar Simulações

Comparar carga tributária em diferentes regimes considerando perfil de clientes e fornecedores

05

Monitorar Prazos

Implementar calendário fiscal com alertas automáticos para todas as obrigações acessórias

02

Atualizar Sistemas Fiscais

Garantir que emissores de NF-e suportem destaque de IBS e CBS conforme lei aut oficial

04

Capacitar Equipe

Treinar equipe contábil e administrativa sobre novas regras e procedimentos obrigatórios

06


Consultar Especialistas

Estabelecer rotina de consultoria periódica para revisão estratégica e ajustes necessários

Conclusão e Chamado à Ação

O momento de agir é agora.


A **REFORMA TRIBUTÁRIA** já está em vigor, e empresas que se antecipam colhem vantagens competitivas enquanto as demais enfrentam dificuldades de adaptação.

A man in a dark suit and tie stands on a balcony, looking out over a city skyline at sunset. The sun is low on the horizon, casting a warm glow over the buildings.

O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO é a Chave para o Sucesso

Adaptar-se à **REFORMA TRIBUTÁRIA** não é apenas uma questão de conformidade legal — é uma necessidade estratégica para evitar riscos financeiros e aproveitar oportunidades de crescimento sustentável.

O Simples Nacional permanece como regime vantajoso, mas exige gestão estratégica atualizada, investimento em tecnologia e assessoria especializada. Empresas preparadas transformarão a reforma em diferencial competitivo.



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO no Simples Nacional: Exemplo Prático com Anexo III

Um guia para otimizar sua carga tributária e maximizar resultados através do enquadramento estratégico no Anexo III.

O que é o Anexo III do SIMPLES NACIONAL?

Serviços Elegíveis

Destinado a empresas prestadoras de serviços como manutenção, academias, agências de viagem, escritórios de contabilidade e outros serviços qualificados.

Alíquotas Progressivas

Tributação que varia de 6% a 33% conforme o faturamento anual da empresa, permitindo benefícios significativos para negócios menores.

Vantagem Competitiva

Redução expressiva da carga tributária em comparação a outros anexos, impactando diretamente a rentabilidade e competitividade do negócio.



Entendendo o Fator R e sua influência no Anexo III



A Fórmula do Fator R

Fator R = (Folha de salários + encargos dos últimos 12 meses) ÷ Receita bruta dos últimos 12 meses

Este índice determina qual anexo será aplicado à sua empresa, impactando diretamente o valor dos tributos pagos mensalmente.

❏ **Atenção:** Se Fator R $\geq 28\%$, a empresa é tributada pelo Anexo III com alíquotas menores. Se Fator R $< 28\%$, a tributação ocorre pelo Anexo V com alíquotas significativamente maiores.

Tabela do Anexo III - Faixas e Alíquotas 2026

Estrutura progressiva que beneficia empresas em diferentes estágios de crescimento:

1	Até R\$ 180.000,00 Alíquota: 6,00% Sem parcela a deduzir
2	R\$ 180.000,01 a R\$ 360.000,00 Alíquota: 11,20% Parcela a deduzir: R\$ 9.360,00
3	R\$ 360.000,01 a R\$ 720.000,00 Alíquota: 13,50% Parcela a deduzir: R\$ 17.640,00
4	R\$ 720.000,01 a R\$ 1.800.000,00 Alíquota: 16,00% Parcela a deduzir: R\$ 35.640,00
5	R\$ 1.800.000,01 a R\$ 3.600.000,00 Alíquota: 21,00% Parcela a deduzir: R\$ 125.640,00
6	R\$ 3.600.000,01 a R\$ 4.800.000,00 Alíquota: 33,00% Parcela a deduzir: R\$ 648.000,00



Exemplo Prático: Empresa de Serviços de Manutenção

R\$ 500 R\$ 160 32%

Receita Bruta Acumulada

Faturamento total dos últimos 12 meses da empresa de manutenção

Folha de Pagamento

Salários + encargos trabalhistas acumulados no período de 12 meses

Fator R Calculado

$160.000 \div 500.000 = 0,32 \rightarrow$

Enquadramento garantido no Anexo III

Cálculo do Imposto pelo Anexo III - Passo a Passo

Dados do Exemplo

Vamos calcular o imposto mensal com base na receita acumulada de R\$ 500.000,00 nos últimos 12 meses.

- Receita bruta mensal média: R\$ 41.666,67
- Faixa aplicável: 3ª faixa (R\$ 360.000,01 a R\$ 720.000,00)
- Alíquota nominal da faixa: 13,5%
- Parcela a deduzir: R\$ 17.640,00

Alíquota Efetiva

Fórmula: $((\text{Receita acumulada} \times \text{Alíquota}) - \text{Parcela a deduzir}) \div \text{Receita acumulada}$

$$((500.000 \times 13,5\%) - 17.640) \div 500.000 = \mathbf{9,55\%}$$

Imposto Mensal

$$\text{R\$ } 41.666,67 \times 9,55\% = \mathbf{\text{R\$ } 3.979,17}$$

Valor aproximado a ser recolhido mensalmente através do DAS.

Comparação: Se o Fator R fosse menor que 28%

O Impacto da Mudança de Anexo

Quando o Fator R fica abaixo de 28%, a empresa é automaticamente enquadrada no Anexo V, que possui alíquotas significativamente mais elevadas.

Anexo V

Alíquotas iniciam em 15,5% e podem ultrapassar 20% para a mesma faixa de receita

Impacto Financeiro

Aumento direto na carga tributária, reduzindo margem de lucro e competitividade no mercado



Estratégias para otimizar o planejamento tributário no Anexo III

01

Aumentar a Folha de Pagamento Formal

Formalizar colaboradores e ajustar remunerações estrategicamente para elevar o Fator R acima de 28%, garantindo o enquadramento no Anexo III.

03

Monitoramento Contínuo

Acompanhar mensalmente o faturamento e a folha de pagamento para evitar surpresas e fazer ajustes preventivos quando necessário.

02

Revisar Contratos e Atividades

Analisar detalhadamente as atividades da empresa para garantir o enquadramento correto no Anexo III, evitando classificações equivocadas.

04

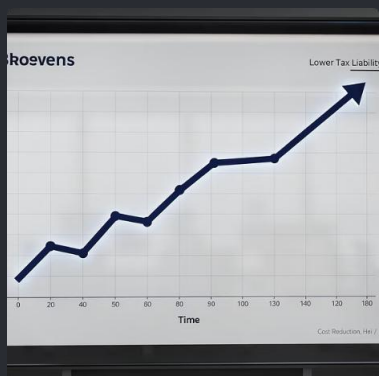
Assessoria Especializada

Consultar contador regularmente para realizar simulações tributárias e implementar ajustes que maximizem os benefícios fiscais.

PROFESSOR

Silvio Crepaldi

Benefícios do Planejamento Tributário com Anexo III



Redução Tributária

Economia significativa em comparação ao Anexo V, com alíquotas que podem ser até 50% menores dependendo da faixa de receita.



Melhoria no Fluxo de Caixa

Menor carga tributária libera recursos para investimentos em crescimento, tecnologia e expansão do negócio.



Segurança Fiscal

Conformidade total com a legislação vigente, reduzindo riscos de autuações e garantindo tranquilidade na gestão tributária.



Valorização de Colaboradores

Incentivo à formalização e manutenção de equipe qualificada, fortalecendo a cultura organizacional e produtividade.

ERROS COMUNS QUE AUMENTAM IMPOSTOS NO SIMPLES NACIONAL – 2026

O que não fazer: falhas de gestão e enquadramento tributário

1 

Fator R Ignorado

Folha abaixo de 28% da receita. Tributação **MAIOR** no Anexo V.

2 

Monofásicos não Segregados

Pagamento **INDEVIDO** de PIS e COFINS no DAS.

3 

ICMS-ST Tributado Novamente

Substituição tributária não excluída da base. **DUPLICIDADE.**

4 

Segregação Incorreta no PGDAS

Mistura de receitas com tributações diferentes.

5 

CNAE Enquadrado Incorretamente

Atividade em anexo mais **ONEROSO.**

6 

Pró-labore sem Planejamento

Maior carga de INSS e IRPF. **CUSTO EXTRA.**

7 

Receitas não Tributáveis Incluídas

Reembolsos e repasses tributados **INDEVIDAMENTE.**

8 

Faturamento sem Gestão de Faixa

Mudança de alíquota sem estratégia. **SALTO.**

9 

Retenções não Revisadas

Pagamento em **DUPLICIDADE** de tributos retidos.

10 

DIFAL Pago sem Análise

Operações interestaduais mal avaliadas. **ERRO.**

11 

Tributos Pagos a Maior não Recuperados

Falta de revisão fiscal periódica. **PERDA.**

12 

Estrutura Societária Inadequada

Modelo jurídico que eleva carga tributária.

Engenharia e Arquitetura no Simples Nacional — Qual Anexo usar?

A tributação depende da natureza do serviço — não apenas da profissão.



◆ BLOCO 1 — PROJETOS & CONSULTORIA (Intelectual)

- **Foco:** criação e pensamento técnico
- Sem execução física da obra

Exemplos:

- Projetos arquitetônicos
- Projetos estruturais
- Laudos e perícias
- Fiscalização de obras
- Consultoria técnica

CNAEs comuns:

- 7111-1/00 — Arquitetura
- 7112-0/00 — Engenharia

Tributação no Simples:

- Inicia no Anexo V (15,5%)
- Pode usar Fator R
- Folha $\geq 28\%$ → Anexo III (~6%)



■ BLOCO 2 — EXECUÇÃO DE OBRAS (Construção Civil)

- **Foco:** construção e reforma estrutural

Exemplos:

- Construção de imóveis
- Reformas estruturais
- Ampliações
- Terraplenagem
- Obras de infraestrutura

CNAEs comuns:

- 4120-4/00 — Construção de edifícios
- 4213-8/00 — Urbanização
- 4299-5/99 — Obras de engenharia civil

Tributação no Simples:

- Sempre Anexo IV (4,5%)
- Não usa Fator R
- CPP 20% paga fora do DAS



ATENÇÃO: Instalações em obra nova → Anexo IV. Manutenção em prédio pronto → Anexo III. O que define é se integra a obra civil.



● BLOCO 3 — MANUTENÇÃO & INSTALAÇÕES (Operacional)

Foco: reparos e serviços técnicos isolados
Sem obra civil pesada

Exemplos:

- Manutenção elétrica
- Reparos hidráulicos
- Instalações prediais
- Instalação de equipamentos
- Manutenção predial

CNAEs comuns:

- 4321-5/00 — Elétrica
- 4322-3/01 — Hidráulica
- 4330-4/04 — Pintura
- 4399-1/03 — Alvenaria

Tributação no Simples:

- Anexo III direto (6%)
- Sem Fator R
- CPP inclusa no DAS

Medidas Legais para Reduzir a Carga Tributária no SIMPLES NACIONAL

Estratégias fundamentadas na legislação brasileira para otimizar a tributação de micro e pequenas empresas



Fator R: A chave para pagar menos impostos

O Fator R, introduzido pela **Lei Complementar 155/2016**, representa uma das principais ferramentas legais para redução da carga tributária no Simples Nacional.

Como funciona

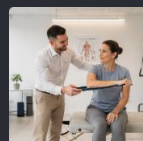
O Fator R é calculado dividindo-se a folha de salários (incluindo pró-labore, INSS patronal e FGTS) pelo faturamento dos últimos 12 meses.

Benefício tributário

Empresas que atingem **pelo menos 28%** migram automaticamente do Anexo V (alíquotas até 21,28%) para o Anexo III (entre 6% e 17,51%).

Economia potencial

A redução pode chegar a **mais de 3 pontos percentuais** na alíquota efetiva, gerando economia significativa.



Fisioterapia e saúde

Medicina, odontologia, psicologia e fisioterapia



Engenharia e arquitetura

Projetos arquitetônicos e serviços de engenharia



Consultorias especializadas

Consultorias empresariais, contábeis e de gestão



Tecnologia e informática

Desenvolvimento de software e serviços de TI



Atenção: A apuração do Fator R é mensal, podendo causar variações na tributação e impactar o fluxo de caixa. Planejamento e controle são essenciais.

Reforma Tributária e Lei Complementar 214/2025

A **Reforma Tributária** (Emenda Constitucional 132/2023) e a recente **Lei Complementar 214/2025** trouxeram mudanças estruturais importantes para o Simples Nacional, criando novas oportunidades de planejamento tributário.

01

Opção semestral inédita

Possibilidade de apurar IBS e CBS pelo regime regular fora do Simples, permitindo análise comparativa da carga tributária.

03

Conceito de receita bruta

Alterações no conceito de receita bruta e novas regras para aproveitamento de créditos tributários.

Oportunidade de economia

A flexibilidade semestral permite que empresas com perfil específico de compras e vendas escolham o regime mais vantajoso a cada semestre, potencializando a redução da carga tributária.

Avalie sempre:

- Volume de créditos disponíveis
- Perfil de fornecedores e clientes
- Sazonalidade do negócio
- Projeção de faturamento

02

Vedação estratégica

Empresas que solicitarem ressarcimento de créditos de bens de capital ficam impedidas de mudar para regime unificado por dois anos consecutivos.

04

Impacto no planejamento

Todas essas mudanças exigem revisão cuidadosa do planejamento fiscal das MPEs para maximizar benefícios.

Recomendações práticas para reduzir sua carga tributária

1. Domine o Fator R

Conhecer e aplicar corretamente o Fator R pode gerar **economia significativa** para empresas de serviços. Mantenha controle rigoroso da folha de pagamento e faturamento mensal.

2. Avalie a opção semestral

Analise semestralmente se a opção pelo regime regular do IBS/CBS traz vantagens tributárias conforme o perfil operacional da sua empresa.

3. Mantenha registros precisos

Controle detalhado de despesas com folha, pró-labore, INSS e FGTS é fundamental para garantir o benefício do Fator R todos os meses.

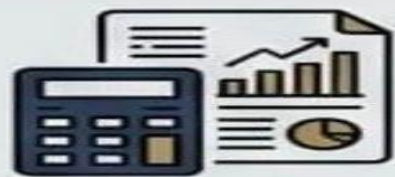
4. Acompanhe a legislação

Consulte regularmente as atualizações da **LC 123/2006, LC 155/2016 e LC 214/2025**. Conte com assessoria especializada para aproveitar todas as medidas legais disponíveis.

"O planejamento tributário legal é um direito de toda empresa e pode representar a diferença entre o sucesso e o fracasso do negócio. Use a legislação a seu favor."

POR QUE O SIMPLES NACIONAL NÃO É TÃO SIMPLES?

Apesar da guia única, o regime possui regras, cálculos e obrigações que exigem gestão e planejamento tributário.



COMO FUNCIONA O CÁLCULO

- baseado no faturamento acumulado dos últimos 12 meses (RBT12)
- a alíquota aumenta conforme a receita cresce
- utiliza cálculo de alíquota efetiva
- pode mudar mês a mês



EXISTEM 5 ANEXOS DIFERENTES

- Anexo I — Comércio
- Anexo II — Indústria
- Anexo III — Serviços
- Anexo IV — Serviços com INSS patronal fora do DAS
- Anexo V — Serviços com maior carga tributária

Dependendo da atividade da empresa, a tributação pode começar em cerca de 4% e ultrapassar 15%.



O FATOR R PODE MUDAR O IMPOSTO

Prestadores de serviço precisam observar a relação entre folha de pagamento e faturamento.

Se a folha for igual ou superior a 28% do faturamento → pode tributar no Anexo III.

Se for menor → pode tributar no Anexo V.

Pequenas mudanças na folha podem alterar significativamente a carga tributária.



NEM TODOS OS IMPOSTOS ESTÃO NO DAS

Mesmo no Simples Nacional, alguns tributos podem ser pagos fora da guia única:

- ICMS Substituição Tributária
- DIFAL (diferencial de alíquota)
- ISS retido na fonte em alguns municípios

Ou seja, a guia não é tão única assim.



LIMITES E REGRAS DE EXCLUSÃO

O limite anual de faturamento do Simples Nacional é de R\$ 4,8 milhões.

Se ultrapassar ou descumprir regras do regime, a empresa pode:

- ser desenquadrada
- ter mudança de regime tributário
- pagar diferenças de impostos retroativamente



OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS TAMBÉM EXISTEM

Mesmo no Simples Nacional, diversas declarações e envios precisam ser realizados, como:

- PGDAS-D
- DEFIS
- eSocial
- EFD-Reinf
- DCTFWeb
- ISS municipal

O regime simplifica a arrecadação, mas não elimina as obrigações fiscais.

Como reduzir impostos de forma legal no Simples Nacional – 2026

Planejamento tributário estratégico dentro da lei



1. Fator R

Folha de pagamento $\geq 28\%$ da receita.
Migração legal do Anexo V para o Anexo III.



2. Produtos Monofásicos (PIS/COFINS)

Tributação concentrada na indústria.
Exclusão de PIS e COFINS do DAS.



3. ICMS Substituição Tributária (ICMS-ST)

Imposto recolhido antecipadamente.
ICMS fora do Simples na revenda.



4. Segregação Correta de Receitas no PGDAS

Receitas não são todas iguais. Evita tributação indevida.



5. Enquadramento Correto de CNAE

CNAE errado aumenta imposto. Anexo correto reduz alíquota.



6. Planejamento de Pró-labore e Lucros

Lucro distribuído é isento.
Redução legal de INSS e IRPF.



7. Exclusão de Receitas Não Tributáveis

Nem toda entrada é receita.
Repasse, reembolsos e valores transitórios.



8. Planejamento do Faturamento (Efeito Faixa)

Mudança de faixa impacta a alíquota. Gestão estratégica do faturamento.



9. Revisão de Retenções Indevidas

Simples geralmente não sofre INSS. Evita imposto pago em duplicidade.



10. DIFAL ICMS – Análise por Estado

Nem toda operação exige DIFAL. Redução de recolhimentos indevidos.



11. Recuperação de Tributos Pagos a Maior

Simples também recupera impostos. Erros no PGDAS, ST e monofásicos.



12. Planejamento Societário Lícito

Estrutura correta reduz carga tributária. Sem simulação ou fraude.

Simple Nacional e Reforma Tributária

ENTENDA AS OPÇÕES “POR DENTRO” E “POR FORA”



OBSERVAÇÃO ESTRATÉGICA



Tributar IBS e CBS não se trata apenas de lei, mas sim de **números reais** da empresa.

Essa comparação não **define** automaticamente qual modelo é **mais vantajoso**. A escolha depende da análise de **faturamento**, tipo de cliente e cadeia de créditos.



MEI: Nota Fiscal será obrigatória em 2027



A partir de 01/01/2027

MEI deverá emitir **nota fiscal em todas as vendas e serviços**, inclusive para **pessoa física (CPF)**.



Até 31/12/2026

- ✓ Nota fiscal obrigatória apenas para CNPJ
- ✓ Para CPF, somente se o cliente solicitar



A partir de 2027

- Nota fiscal obrigatória **em todas as operações**



Base legal

LC 214/2025 –
Reforma Tributária



Dica:

MEIs devem começar a se preparar desde já para evitar problemas futuros.

REGRA DOS 10% NO SIMPLES NACIONAL

Participação em empresa no Lucro Presumido ou Lucro Real

Entenda quando a empresa pode ou não permanecer no Simples Nacional

Sócio com **até 10%** em empresa fora do Simples



- Pode participar de empresa no Lucro Presumido ou Lucro Real
- **Não há impedimento automático** para permanecer no Simples Nacional
- Mesmo que a outra empresa tenha **faturamento elevado**

Sócio com **mais de 10%** em empresa fora do Simples



- É necessário **somar o faturamento das empresas** (receita bruta global)
- Empresa do Simples Nacional + empresa no Lucro Presumido ou Lucro Real



Se a soma do faturamento ultrapassar R\$ 4.800.000 por ano
A empresa do Simples não pode permanecer no regime

Atenção importante

- A regra vale para qualquer sócio
- O principal fator analisado é a participação societária
- Também é importante observar situações em que o sócio atua como administrador de outra empresa com fins lucrativos

Exemplo:

Empresa A — Simples Nacional
Faturamento: R\$ 2.000.000

Empresa B — Lucro Presumido
Participação do sócio: 20%
Faturamento: R\$ 3.000.000

Soma: R\$ 5.000.000

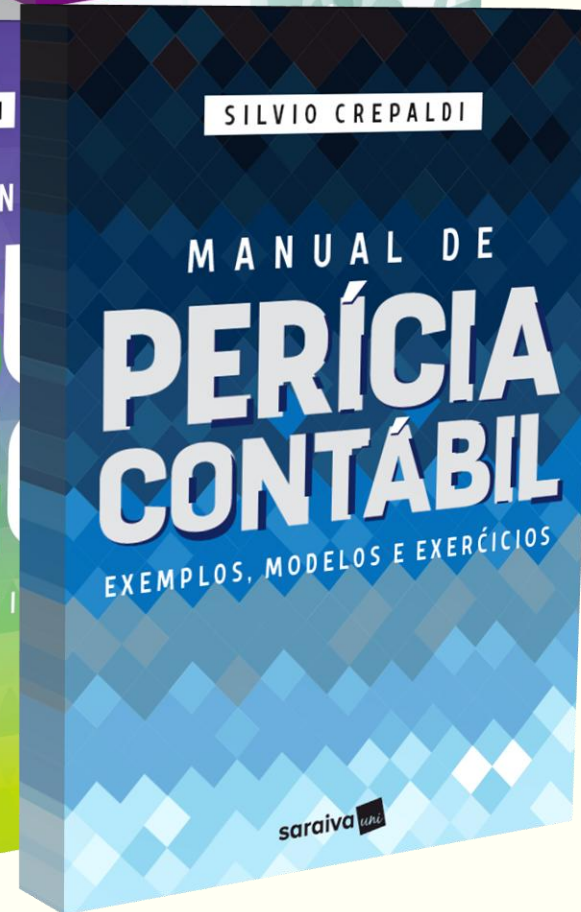
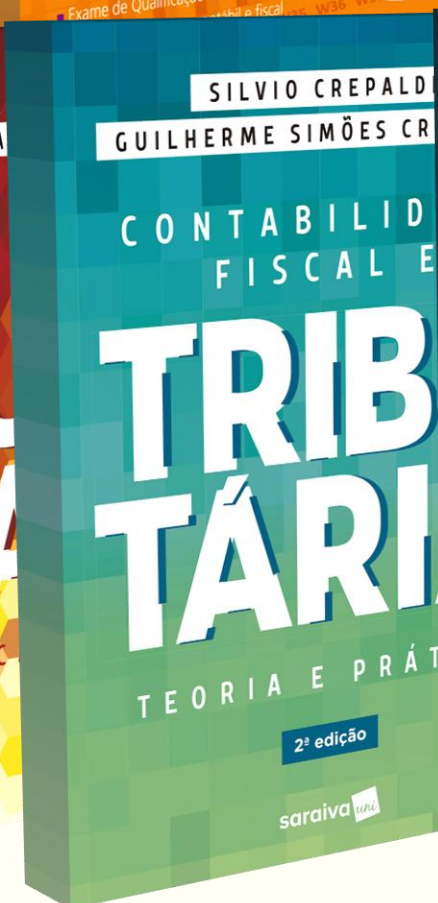
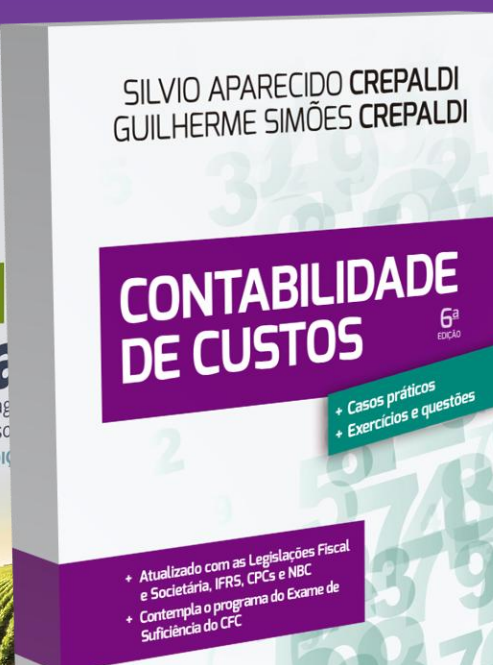
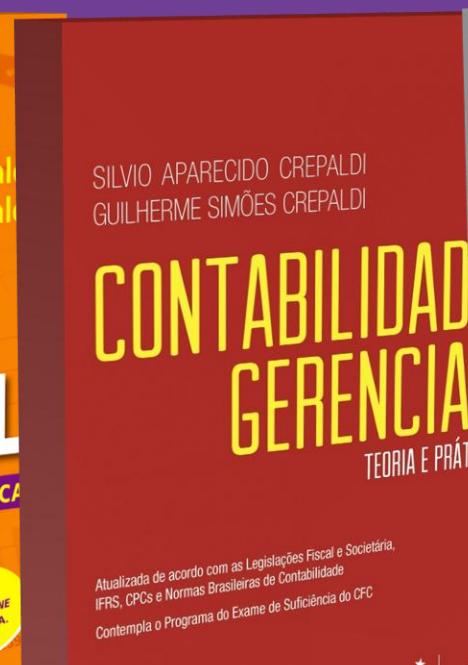
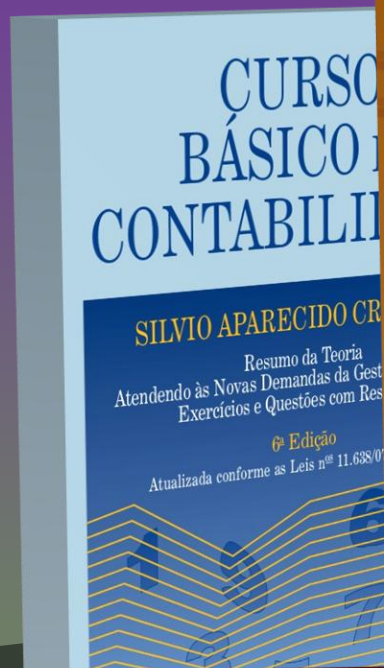
Empresa do Simples não pode permanecer no regime



OBRIGADO!

**Vamos juntos construir um
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO eficiente e
seguro para 2026 e além**

Sua jornada de adaptação à reforma tributária começa agora.
Com planejamento adequado, tecnologia moderna e assessoria especializada,
seu negócio não apenas sobreviverá às mudanças — prosperará com elas.





Silvio Aparecido Crepaldi

ADVOGADO ♦ ADMINISTRADOR ♦ CONTADOR

Rua Antônio de Sousa Franqueiro, nº 247 - Bairro Jardim Finotti - Uberlândia - MG
CEP: 38.408-114 - (34) 99146 4528 - silvio@crepaldi.adv.br - www.crepaldi.adv.br

planejamento, elaboração e controle; Contabilidade Fiscal e Tributária: teoria e prática e Auditoria Fiscal e Tributária e Manual de Perícia Contábil. Autor da Editora Forense de: Direito Tributário e Direito Financeiro. Autor da Editora Juruá de: Direito Empresarial. Orcid: 0000-0002-8350-978X

A sociedade atual desenvolve-se de maneira globalizada, uma vez que a interferência sofrida nos países em virtude da globalização faz com que a informação chegue cada vez mais rápido a qualquer lugar do planeta. As empresas, por sua vez, seguem o caminho vislumbrado por essa rapidez evolutiva. Neste ínterim, o planejamento é fator primordial para a condução ao sucesso. Os objetivos desta obra são analisar a legalidade e a economicidade do planejamento tributário eficaz e identificar o regime adequado de tributação para as sociedades empresárias, a fim de reduzir sua carga tributária para alcançar resultados econômicos compensadores segundo os princípios constitucionais tributários. A metodologia de estudo caracteriza-se por uma pesquisa aplicada qualitativa, por se tratar de um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, tendo como objetivo fundamental a descoberta de respostas para problemas com o emprego de procedimentos científicos. Desenvolvemos um trabalho de identificação dentro das legislações tributárias, das oportunidades de eliminação ou minimização da carga tributária e das formas de maximizar a utilização de oportunidades legais nas diversas situações que resultam em benefícios fiscais ou que apresentam duas ou mais alternativas de procedimentos com resultados financeiros diferentes, de forma a propiciar ao empresário a escolha do procedimento legal menos oneroso, baseando-se no impacto do procedimento. A coleta de dados foi efetivada por meio de pesquisas bibliográficas em livros relacionados à matéria, artigos e revistas e consultas em sites específicos da internet, visando explicar a temática a partir de referências teóricas. Diante do estudo realizado, apresentamos algumas considerações importantes a respeito do planejamento fiscal e sobre como ele pode ajudar as organizações a melhorar seus resultados e, com isto, permanecerem no mercado e fomentarem a economia do país.

Appris
editorial



editora Appris

ANÁLISE DO PLANEAMENTO FISCAL PARA GRANDES SOCIEDADES EMPRESÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS

Silvio Aparecido Crepaldi

Silvio Aparecido Crepaldi

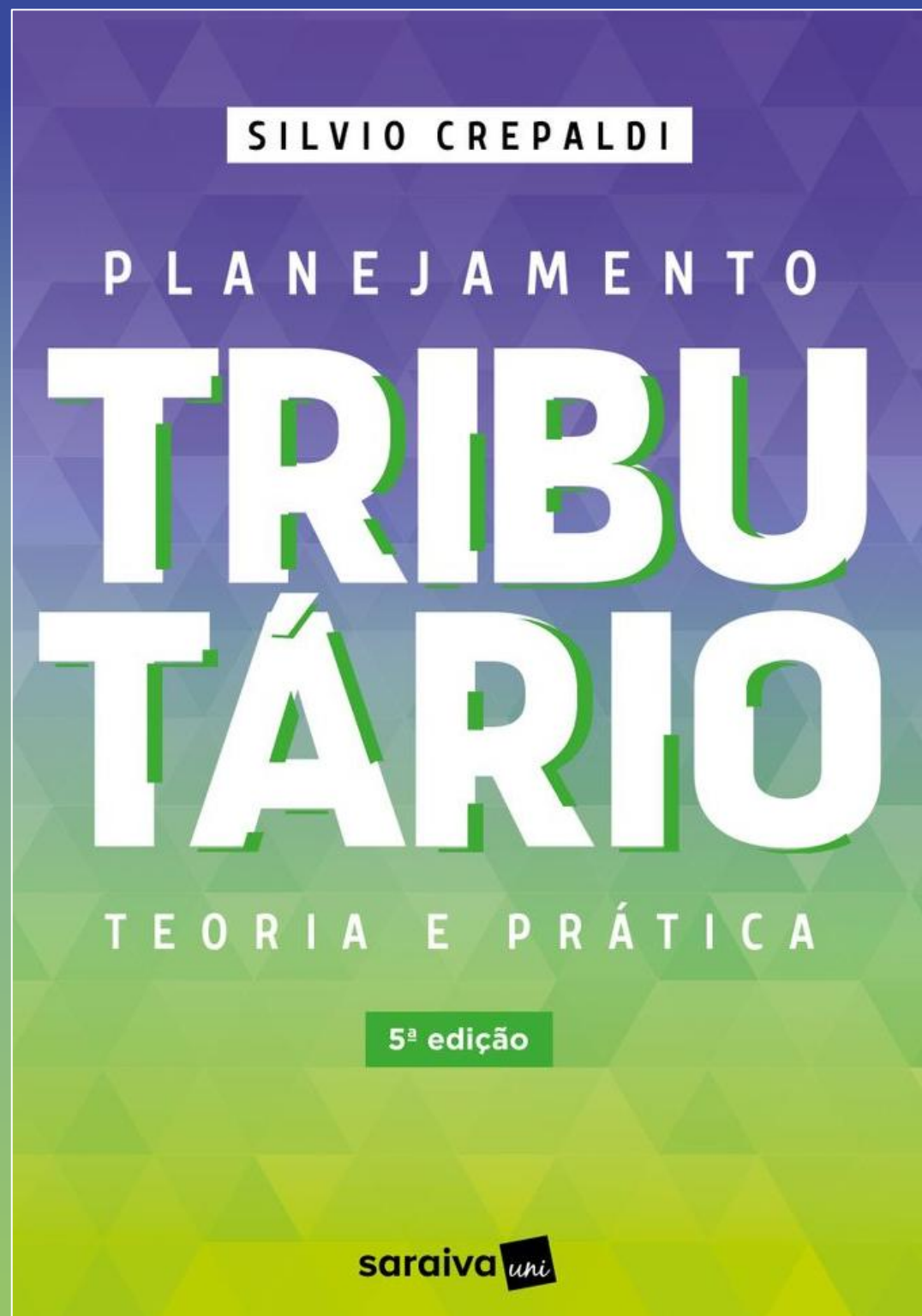
ANÁLISE DO PLANEAMENTO FISCAL

PARA GRANDES SOCIEDADES
EMPRESÁRIAS BRASILEIRAS
E PORTUGUESAS

Appris
editora



Silvio Aparecido Crepaldi é doutor em Direito pela UAL – Lisboa, Portugal; mestre em Administração pela UFLA; graduado em Direito pela UNIFENAS – Alfenas, MG e em Ciências Contábeis e Administração pela FACECA – Varginha, MG. Docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da ESAMC – Uberlândia, MG e do IPOG – Instituto de Pós-Graduação e Graduação – Goiânia, GO. Autor da Editora Atlas – Grupo Gen de: *Contabilidade Rural – uma abordagem decisional*; *Curso Básico de Contabilidade*; *Curso Básico de Contabilidade de Custos*; *Contabilidade Gerencial – teoria e prática* e *Auditoria Contábil: teoria e prática*. Autor da Editora Saraiva de: *Planejamento Tributário: teoria e prática*; *Orçamento Público*;



Contato

Prof. Dr. Silvio Aparecido Crepaldi



www.crepaldi.adv.br



professorcrepaldi@crepaldi.adv.br